

avante

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

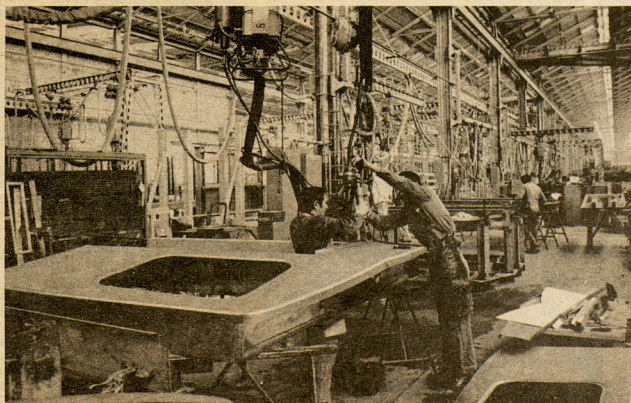
Preço 5800

- **REIVINDICADA A PARTICIPAÇÃO DA INTERSINDICAL NO CONSELHO NACIONAL DE PREÇOS**
- **EXIGIDA A ACTUALIZAÇÃO DO SUMÁRIO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL**
- **EXIGIDA A ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES DE REFORMA**
- **EXIGIDA A REVOLUÇÃO DA LEI DOS DESPEDIMENTOS**

no último PLENÁRIO DA INTERSINDICAL
PÁG. CENTRAIS

**A LUTA
DOS REFORMADOS
EXIGE A
SOLIDARIEDADE
ACTIVA
DE TODOS OS
TRABALHADORES
PORTUGUESES**

PÁG. 13



**NA SOREFAME OS TRABALHADORES CONSOLIDAM
A UNIDADE E AVANÇAM NO CONTROLO OPERÁRIO**
PÁG. 7

NOTICIÁRIO SINDICAL

ELECTRICISTAS DO SUL

O Sindicato dos Electricistas do Sul, o Sindicato dos Técnicos de Desenho e a Inter-Comissões de Trabalhadores da "SIEMENS" emitiram um comunicado, no qual, entre outros assuntos, repudiam globalmente o comunicado n.º 10 da Administração dessa empresa, por classificarem a sua elaboração em termos de má provocação aos trabalhadores, nomeadamente quando se refere dar todas as informações que em especial atingiam os colaboradores!

Numa outra nota informativa, a Inter-Comissões do Grupo "SIEMENS" acima referida, alerta todos os trabalhadores:

— Quanto à forma autoritária e provocatória com que a Administração impõe aos trabalhadores os seus últimos, recusando-se a discutir os democraticamente com os mandatários dos trabalhadores.

Esta Inter-Comissões entende que a melhor resposta a dar à Administração "SIEMENS" é a de todos os trabalhadores se unirem e organizarem à volta das suas Comissões de Trabalhadores/Comissões Sindicais, no sentido de enfrentarem, agora e sempre, todas as manobras provocatórias do Capital. Termina com: "Viva a Unidade dos Trabalhadores!"

METALURGIA

Os trabalhadores da metalurgia e metal-mecânica da Sociedade de Reparações de Navios, Lda., do Ginjal, reunidos em Plenário durante a última paralisação nacional de 26 do passado mês, enviaram três Moções de protesto aos órgãos do Poder, contra a criação do DROT, que consideram mais uma criação do Ministério do Trabalho com a finalidade de dividir os trabalhadores e afastá-los dos seus Sindicatos. Outra das moções foi contra a proposta de um organismo oficial de extinção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Bragança. E a terceira foi de repúdio pelos saneamentos à esquerda efectuados no Ministério do Trabalho.

Protestando contra estas tentativas de cariz reaccionário, os trabalhadores da Sociedade de Reparações Navais, Lda., do Ginjal, mais não fazem que interpretar o sentir de milhares dos seus camaradas que lutam por uma organização sindical-

sta justa e forte, como é a Intersindical, para os trabalhadores de todas as regiões do País.

Do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria, recebemos o n.º 14 do seu Boletim, que apresenta excelente aspecto gráfico e um conteúdo do maior interesse para os metalúrgicos dessa região.

Igualmente recebemos do mesmo Sindicato, um Comunicado no qual se relata a luta dos trabalhadores da Empresa de Limas Tomé Fêiteira, que se encontram em greve, com ocupação dos locais de trabalho, desde o passado dia 2 do corrente. Esta greve foi originada pela recusa da administração da Tomé Fêiteira em cumprir a P.R.T. dos Metalúrgicos, publicada no Boletim do Ministério do Trabalho n.º 33, de 8 de Setembro de 1975.

"A RAZÃO E A JUSTIÇA VENCE- RAMO", dizem os nossos camaradas. Estamos certos que assim é, que assim será.

PANIFICAÇÃO

Com base num protesto contra a repressão patronal, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa, emitiu o Comunicado n.º 5/76, com data de 9 do corrente, no qual informa da luta dos 25 operários da Panificação de Queluz pelo cumprimento do Horário de Trabalho estabelecido por Lei, luta que terminou com o recuo desses trabalhadores, em virtude de o Ministério do Trabalho se ter recusado a pôr em execução as medidas de autoridade que se impunham para obrigar os patrões ao cumprimento efectivo da Lei.

"Mas, afinal, como é?" — perguntam os trabalhadores. "Voltamos ao tempo do fascismo, em que só os patrões mandavam no Ministério do Trabalho e nos Tribunais?"

Apela-se, também, nesse Comunicado para a união dos trabalhadores, dizendo-se, a terminar que só: "Unidos, firmes, mobilizados e vigilantes, venceremos!"

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Chegou à nossa Redacção um Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém, referente ao Contrato Distrital/Comércio Retailista, no qual, protestando contra o congelamento da contratação decretado pelo Governo, até fins de Fevereiro passado, se informa terem tomado a iniciativa de convocar os representantes das entidades patronais para uma reunião conjunta, na sede do Sindicato, em Santarém, reunião que foi marcada para 11 de Março. Nesse comunicado alerta-se a classe para o começo destas comunicações, para que reforcem as mesmas com a sua presença.

Avante, corajosos companheiros! Que a luta dos explorados contra os exploradores se faça sempre com inteira união e decisão dos próprios trabalhadores. A classe explorada só unida e decidida conseguirá a justa vitória contra os seus inimigos de classe: a burguesia, a reacção, o patronato ganancioso e explorador. Avante, pois, na vossa justa luta, camaradas!



OS TRABALHADORES AVANÇAM



do Sindicalismo

A força essencial da classe operária está no seu número e no papel determinante que tem na produção. As acções operárias ganham, pois, em eficácia se elas puderem conseguir a adesão do maior número possível de trabalhadores, e não apenas uma minoria dos elementos mais activos, mais conscientes e mais combativos.

Uma vez que, para além da diversidade de opiniões, todos os assalariados são explorados, e têm, enquanto que classe produtiva, interesses comuns, é possível realizar-se a sua unidade nas acções de massas.

As acções de massas são uma arma poderosa para combater e para vencer a resistência patronal. Daí a necessidade que há de se agir de maneira consequente nas lutas reivindicativas e outras, fazendo por conseguir-se, sempre, a mais larga união entre os trabalhadores empenhados em toda e qualquer luta.

Existem condições que são essenciais, na luta de classes, quando se pretende agir com eficiência, e que são, principalmente:

— Um trabalho persistente e consequente para reforçar a unidade sindical e a Intersindical Nacional, única central sindical portuguesa e que se coloca resolutamente no plano da luta de classes, a qual reúne as qualidades necessárias para agrupar o conjunto dos assalariados.

— Trabalhar sem quebra de entusiasmo na realização da unidade de acção e do reforço da unidade sindical, a fim de dar à classe operária a sua máxima capacidade para os combates de classe.

— Levar os trabalhadores à acção por objectivos claros e segundo os meios de luta por eles decididos, pois só a acção gera o progresso.

Porque é somente através das lutas, pequenas ou grandes lutas, nos locais de trabalho, que se pode forjar a unidade de combate, despertar a consciência de classe nos elementos menos preparados e esclarecidos.

Naturalmente que o motivo mais convincente para fazer despertar o interesse dos trabalhadores na luta pela conquista de melhorias, dentro da empresa onde é um elemento activo na cadeia da produção, é o da reivindicação

de melhores salários, melhores condições de trabalho, etc. Sobretudo, o que mais pode atrair para a decisão da luta, é o trabalho de esclarecimento, que deve ser claro para ser eficaz. Esse esclarecimento tem de ser feito sem sofismas nem reticências, posto a cada um e a todos os trabalhadores com a maior franqueza e simplicidade, de maneira a poder-se ser aceite sem dificuldades por todos os trabalhadores, em especial por aqueles menos esclarecidos e menos preparados para as lutas reivindicativas.

Essas lutas têm de ter um objectivo bem claro, de maneira a que, possa ter a adesão do maior número possível de trabalhadores.

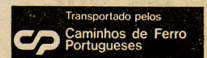
Nunca se deve minimizar qualquer possibilidade, por pequena que nos pareça, para trazer para a união e para a luta sejam quem for que faça parte da classe trabalhadora numa empresa. Na mais larga unidade, dos trabalhadores reside a sua maior força de classe. Jamais de deve marginalizar seja que trabalhador for que, pela sua falta de informação e de esclarecimento, ou de formação sindical, se deixe inicialmente ficar numa recusa de participação na luta ou prefira restar numa curiosa atitude de expectativa.

Deve-se, isso sim, reiniciar as vezes que forem necessárias, junto desse trabalhador, um trabalho de persistência e de esclarecimento, sobre o papel da classe a que, quer ele queira ou não compreender e aceitar, pertence. E, numa persistência esclarecedora, dar a esse trabalhador a noção de responsabilidade que o deve ligar à sua classe, a noção de solidariedade que o obriga a aderir à luta dos outros seus camaradas, que também é a sua luta.

A fraqueza de os trabalhadores sintetiza-se sempre na dispersão das suas forças, na falta de entendimento entre si, na desunião que por vezes é aticada através de elementos subornados pelas falsas promessas patronais.

Por o contrário, a força dos trabalhadores sintetiza-se na sua capacidade de compreensão dos problemas de classe, da sua união como membros da classe explorada, da sua decisão e espírito de luta, sempre que esteja em jogo a defesa dos seus interesses de classe.

Parafraçando a célebre frase de todos conhecida, poderemos dizer: TRABALHADORES DE CADA RAMO DE ACTIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL, C A M P E S I N A O U ADMINISTRATIVA: UNIVOS NOS NOSSOS SINDICATOS DE CLASSE! SO A UNIDADE A VITÓRIA É CERTA!



avanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado
16 paginas - Preço 500
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Vitor Gordon - 1 - 2 - LISBOA

DELEGACAO DO NORTE
UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1
Telefs. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRESA

COMPOSICAO IMPRESSOA
HEXSA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25 - Venda Nova - Amadora

LÊ ASSINA E DIVULGA



avanca



A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA NÃO PASSARÁ!

1. Já não é possível às forças do capital mascararem as suas verdadeiras intenções. Por toda a parte conspiram contra as liberdades e a democracia. A violência vai-se tornando o seu método de acção. A mentira, a calúnia, o insulto, as provocações são processos a que as forças do capital deitam mão, procurando enganar o nosso povo, desmobilizá-lo e criar um ambiente geral de confusão e divisionismo, propício ao ressurgimento do fascismo e consequentemente à liquidação das conquistas alcançadas pela luta das massas populares.

Não se iludam, no entanto, os inimigos da democracia. As massas populares contêm em si a força e a vitalidade necessárias para derrotar a reacção, garantir a democracia e construir um futuro de liberdade e independência nacional no nosso país.

2. O Movimento Sindical Unitário está insiduosamente ligado às

grandes conquistas do nosso povo. As nacionalizações e a Reforma Agrária. Ao controlo operário da produção. A melhoria das condições de vida de amplas camadas de trabalhadores. As grandes conquistas da contratação colectiva. O Movimento Sindical Unitário, com a sua dinâmica, com a força que lhe confere ser o movimento de massas e de classe das classes trabalhadoras, está intimamente ligado a todas as grandes conquistas do 25 de Abril.

Por isso, os inimigos da democracia, são os inimigos do Movimento Sindical Unitário. Por isso todas as tentativas que visam enfraquecer o Movimento Sindical Unitário, são no fim de contas graves atentados às liberdades democráticas e à Revolução.

3. Diariamente os trabalhadores enfrentam corajosamente o assalto de cargos patróes. Empresas anteriormente abandonadas pelos seus

donos, cuja política desastrosa os arruinou e salvas economicamente pela acção unida, organizada e criadora dos seus trabalhadores, estão neste momento sob o grave perigo de serem recuperadas pelo patronato. Para isso muito tem contribuído a política seguida pelos actuais responsáveis do Ministério do Trabalho e do Ministério do Comércio Interno entre outros. Ultimamente também o ministro do Comércio Externo e Turismo vem desenvolvendo uma política desastrosa no sentido de fazer voltar alguns dos ex-grandes exploradores do nosso povo aos seus antigos feudos.

Diariamente os trabalhadores afirmam bem alto: a recuperação capitalista não passará!

Há que reforçar a unidade de todos os trabalhadores. Esclarecer os ainda hesitantes. Mostrar a todo o povo português quais os seus verdadeiros inimigos. Quem com a sua política de

"conciliação de classes" procura entregar ao grande capital os privilégios perdidos durante a revolução do 25 de Abril.

Nesta tarefa todas as estruturas do Movimento Sindical devem concentrar o maior dos esforços e redobrar as iniciativas que apontam para a consolidação da unidade e da capacidade organizativa das massas trabalhadoras.

4. Outra das grandes batalhas do Movimento Sindical, é pela elevação do nível de vida das massas trabalhadoras e pelo cumprimento dos Contratos Colectivos e Portarias de Trabalho.

A par do descarado aumento de preços de bens essenciais de amplo consumo popular, conjugado com o congelamento de salários e de outras regalias sociais, vem-se assistindo a uma escalada concertada do patronato reaccionário contra os direitos e regalias dos trabalhadores.

Esta é mais uma das frentes de luta em que o

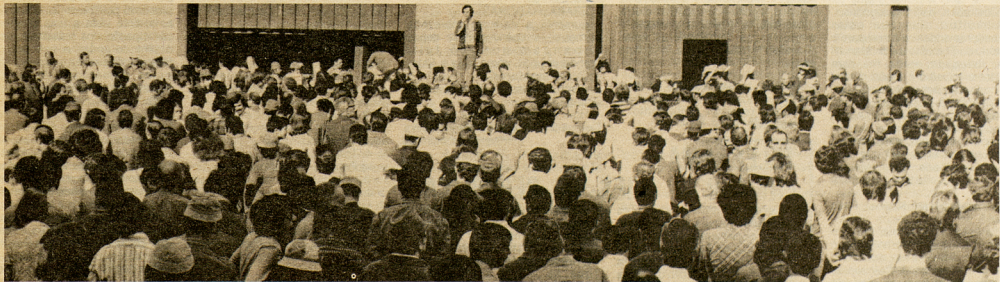
Movimento Sindical se tem empenhado intensamente, mas que é necessário intensificar.

Tal como os Metalúrgicos, outros sectores encontram os seus Contratos Colectivos ameaçados pelo boicote do patronato. Neste campo compete particularmente aos Sindicatos a mobilização dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, incorporando na luta sectores porventura ainda dela afastados.

Como noutras ocasiões, os trabalhadores unidos e organizados nas suas organizações de classe saberão encontrar as melhores formas de obrigarem o patronato ao cumprimento das suas reivindicações.

Como noutras frentes de batalha, é decisiva a acção do Movimento Sindical e a solidariedade entre todos os trabalhadores.

UNIDOS
E ORGANIZADOS,
VENCEREMOS.



0
11 DE
MARÇO

Passou um ano sobre a vitória das massas populares em aliança com o MFA contra a intenciona do 11 de Março, organizada pela reacção interna e apoiada pelo imperialismo internacional.

O 11 de Março de 1975, correspondeu a uma ofensiva do capital monopolista, latifundista e seus lacaios contra a jovem democracia portuguesa, que através de um conjunto de manobras visavam criar as condições objectivas e subjectivas de regresso ao tempo do fascismo.

Só a constante vigilância dos trabalhadores, do movimento sindical unitário, do movimento popular em geral e do MFA, permitiu desenvolver as formas de luta que se impunham, fazendo gorar aquele golpe contra-revolucionário.

As massas populares e o MFA demonstraram possuir a energia e a força necessária para defrontar a reacção e assegurar a democracia.

A vitória sobre a intenciona reaccionária de 11 de Março veio permitir o aprofundamento do processo revolucionário e a tomada de medidas estruturais, antimonopolistas e antilatifundistas, que corresponderam aos amplos anseios das classes trabalhadoras.

Neste momento a ofensiva das forças do capital contra as conquistas democráticas da revolução, constituem claras ameaças que pairam sobre as massas trabalhadoras e a democracia.

O Secretariado da Intersindical Nacional chama a atenção para os reais perigos da recuperação capitalista em marcha contra as conquistas democráticas que a vitória sobre a intenciona de 11 de Março possibilitou, e apela às massas trabalhadoras para o reforço da unidade em torno das suas organizações de classe, para a defesa das liberdades e da democracia.

O SECRETARIADO DA INTERSINDICAL NACIONAL

CHEGOU A HORA DE EXIGIR RESPONSABILIDADES AOS PATRÕES DA TOMÉ FETEIRA

«Pensamos que chegou a hora de exigir responsabilidades aos patrões da Tomé Feteira pela sua conduta miserável e vergonhosa ao longo dos anos, nunca se preocupando com a fome e a miséria que impuseram a centenas de famílias» — afirma o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Leiria, em comunicado sobre a luta dos trabalhadores da empresa de límas Tomé Feteira, de Vieira de Leiria.

Em continuação da greve iniciada em 2 de Março de 1976, e procurando chamar as atenções do Governo para a sua luta, os trabalhadores da Tomé Feteira deslocaram-se a Lisboa, na passada quarta-feira, tendo concentrado junto ao Ministério do Trabalho.

A luta dos 624 trabalhadores daquela firma aparece quando a Administração se recusa a cumprir a Portaria de Regulamentação de Trabalho dos Metalúrgicos, faltando além do mais a um compromisso

assumido perante um representante do Ministério do Trabalho, segundo o qual «a empresa pagaria a partir de Fevereiro de 1976 o ordenado já de acordo com as tabelas da Portaria» e «as diferenças retroactivas seriam liquidadas a partir de Fevereiro de 1976, até à data que viesse a ser fixada para férias (Agosto)».

«Esgotados todos os meios de luta — refere o comunicado — e face à gravidade da situação que afecta, não apenas os 624 trabalhadores, mas toda a população de Vieira de Leiria (cerca de 6000 habitantes), não restava outra alternativa senão a que foi deliberada em Plenário, por todos os trabalhadores, a utilização da greve».

Contudo, o secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto, diz que a greve é legal.

Pois é. No Ministério do Trabalho, os patrões encontram sempre as palavras servis dos seus servidores e os trabalhadores as palavras frias,

traíçoeras de quem a cada momento os procura enganar e desmobilizar das suas lutas.

Os trabalhadores da Tomé Feteira, na sua deslocação a Lisboa encontraram a dura realidade de um Ministério que foi do Trabalho e que agora é da Exploração.

Para os actuais responsáveis do Ministério da Exploração a luta dos trabalhadores da Tomé Feteira, que exigem o cumprimento da Portaria de Julho do ano passado, é ilegal. Mas a recusa do patronato em cumprir uma lei que é democrática, uma lei ao serviço dos interesses dos trabalhadores, então já não é ilegal.

Para o Ministério da Exploração a legalidade mede-se por critérios de exploração e dos interesses do patrões e não pelos interesses dos trabalhadores que a cada momento vêm as suas condições ameaçadas.

A luta é dura camaradas. Mas, unidos, venceremos!



NO PORTO AS COMISSÕES DE TRABALHADORES ORGANIZAM-SE

Mais de duas dezenas de Comissões de Trabalhadores estiveram presentes no segundo encontro realizado no sábado, 28 de Fevereiro, Grupo dos Modestos do Porto.

Promovido pelo Secretariado Provisório para o Encontro, estiveram presentes dois camaradas representantes do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que facultaram a todos os trabalhadores presentes a experiência de luta e organização dos trabalhadores do sul.

A ordem de trabalhos, cujo ponto primeiro mereceu exaustiva discussão dos presentes, foi a seguinte:

1. Discussão de aspectos ligados à organização das Comissões de Trabalhadores;
 - a) Importância das Comissões de Trabalhadores, seu reforço e organização;
 2. Eleição do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores;
 3. Orientação a dar ao Secretariado Provisório e forma de a levar à prática;
 4. Trabalho futuro
- b) Discussão da ordem de trabalhos a propor.

Como ponto mais saliente do Encontro refira-se a eleição do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores constituído pelas seguintes empresas:

Wyma, Companhia Portuguesa de Cobre, Alumina, Esmaltal, R. Durão Rodrigues e Filhos, Soares da Costa, Etasco/Comercial Norte.

Como tarefas imediatas deste Secretariado Provisório, destacam-se a preparação de um novo Encontro, muito mais amplo, de Comissões de Trabalhadores, onde será eleito um Secretariado definitivo, e o levantamento por ramos de actividade das empresas da região, levando desse modo à prática uma proposta aprovada neste Encontro, que refere:

1. Formação do Secretariado das Comissões de Trabalhadores por ramo de actividade económica;
 2. Formação de um Secretariado Coordenador, dos Secretariados por ramo de actividade económica.
- Como foi dito anteriormente, foi o primeiro ponto da ordem de trabalhos que proporcionou aos trabalhadores presentes uma discussão viva e

bastante prolongada sobre as formas de avançar com a organização das Comissões de Trabalhadores, seus objectivos, tarefas imediatas, papel na revolução rumo à sociedade sem classes.

As intervenções apartaram, entre muitas outras questões, para a necessidade de uma acção concertada das Comissões de Trabalhadores, tendo sido criticadas as acções isoladas nas empresas desligadas de uma acção global. É importante também, como foi salientado, o reforço do papel político a desempenhar pelas Comissões de Trabalhadores, que não devem limitar-se a reivindicações de carácter meramente económico, podendo e devendo intervir no processo político em curso no nosso país, com vista a uma progressiva participação dos trabalhadores nos órgãos do poder. A este propósito, foram valiosas as achesgas dadas pelos camaradas do sul, com experiência de luta bastante rica.

O controlo operário, grande conquista das massas trabalhadoras, foi também demoradamente tratado, cabendo às Comissões de Trabalhadores um papel preponderante na defesa e alargamento do controlo operário nas empresas, tendo sido defendido o progressivo controlo dos trabalhadores das empresas já nacionalizadas, de forma a garantir que essas conquistas da Revolução não sejam desviadas dos seus verdadeiros objectivos e possam contribuir para um cada vez maior domínio dos trabalhadores sobre os mecanismos económicos do país.

De salientar ainda, pelo seu significado, a denúncia feita por 22 trabalhadores bancários do BPA, a progressiva colocação da banca ao serviço do capital e contra os interesses dos trabalhadores.

De facto, foi referida a impossibilidade dos trabalhadores bancários poderem informar as CTs de outros ramos de actividade sobre a situação económico/financeira das empresas onde trabalham, devido ao sigilo imposto pelos actuais responsáveis dos dinheiros deste país.

Finalmente foi feito um apelo aos órgãos de informação presentes (só dois...), para darem a máxima cobertura a este tipo de iniciativas, pois que os trabalhadores não podem suportar com as dezenas de contos necessárias para publicidade.

A REPRESSÃO ABATE-SE SOBRE OS TRABALHADORES

Como sabeis, desde há mais de um mês que 37 trabalhadores da Coronado, 14 da Rolisol, 4 da Sebastião Manuel, uma delegada sindical da Silva e Soares e uma de Júlio Costureiro, estão suspensas.

Há muitos dias que estas trabalhadoras andam a correr para o Ministério do Trabalho e o sr. Manuel Pires, delegadado, nada faz para defender o trabalho e o pão destas trabalhadoras, apesar de afirmar que esta situação é ilegal. Diz mesmo que não tem guarda nem polícia para forçar os patrões a cumprir.

Dia após dia temos perdido horas e horas, sem comer, e sem que o sr. Pires resolva nada. O sr. Manuel Pires diz que «... não tem meios para actuar».

Mas ontem o sr. Manuel Pires actuou!

Estivémos no Ministério do Trabalho (delegação) durante todo o dia, sem obtermos qualquer resposta. Estivémos, trabalhadoras suspensas, acompanhadas de delegadas de outras fábricas, dirigentes sindicais do nosso Sindicato e de outros Sindicatos solidários conosco.

O sr. Manuel Pires não nos quis atender. Esteve cerca de duas horas com os patrões do grupo Mondego. Continuámos a esperar.

Então, cerca das 10 horas da noite, começou a chegar a polícia, chamada pelo sr. Manuel Pires.

Os trabalhadores admiraram-se, pois não estavam a fazer descautos, nem barulho, não tinham feito mal a ninguém.

Dissemos à polícia o que queríamos, e porque é que ali estávamos; «queremos que o sr. Pires nos atenda».

O comandante da força de polícia foi falar com o sr. Manuel Pires. Voltou passados poucos momentos e disse:

«Tem dois minutos para sair». E

começa a olhar para o relógio.

As trabalhadoras tentaram mais uma vez explicar a sua razão, sem que o comandante da polícia ligasse qualquer importância. Passados dois minutos, a polícia começou a bater, a cassar-te, a murro, a pontapé, a empurrar as trabalhadoras pelas escadas abaixo, desde o quarto andar.

Muitas trabalhadoras ficaram feridas e quatro tiveram que ir ao hospital receber tratamento e assistência.

TELEGRAMA ENVIADO AO PRES. DA REPÚBLICA

Cerca 61 trabalhadoras de diversas firmas confecções Porto, especialmente Rolisol e Coronado, estão suspensas há mais um mês. Ausência qualquer razão, motivo culpa formada. Manipulação patronal contra trabalhadores conscientes.

Delegação Ministério Trabalho Porto diz ser incompetente resolver estes problemas, diz não ter meios acção.

Dia quatro Março cerca cento cinquenta trabalhadoras — diversas firmas confecções Porto, especialmente Rolisol e Coronado, estão suspensas há mais um mês. Ausência qualquer razão, motivo culpa formada. Manipulação patronal contra trabalhadores conscientes.

Depois, mesmo na rua, os polícias voltaram a carregar por duas vezes para dispersar as trabalhadoras.

Tal como no tempo do Marcelo, tal como no tempo do Salazar e de Tomás.

Com a violência da carga da polícia, ficaram portas e vidros partidos no interior do Ministério do Trabalho. Partidos pelo corpo das trabalhadoras.

TRABALHADORAS: Aumenta a violência sobre nós: primeiro, suspendem-nos, depois espancam-nos, só falta prendem-nos, como fazia a Pide.

Que vamos fazer? Vamos deixar-nos ficar sem pão, uma a uma?

Hoje são trabalhadoras da Rolisol, Coronado, Sebastião da Manuel, Silva

Cerca vinte e duas horas chegou enorme efectivo policial, chamado por Manuel Pires. Comandante força carregou sobre trabalhadoras (que na altura eram cerca oitenta, quase totalidade mulheres e duas grávidas), espancando com bastões, murro e pontapé escadas abaixo (quarto andar). Verificaram-se mais duas cargas no exterior. Diversas trabalhadoras feridas, quatro necessidade tratamento e assistência hospitalar. Esclarece-se atitude de trabalhadores dentro e fora de delegação M.T. não merecedora qualquer reparo justificativo acção desencadeada. Actividade normal delegação MT não interrompida.

e Soares, Júlio Costureiro, Abílio da Costa Couto.

Temos que pôr um travão a isto! Que em todas as fábricas se façam campanhas de solidariedade com estas trabalhadoras!

COMISSÕES DE TRABALHADORES CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

No passado dia 7 de Março, reuniram-se na Mague, mais de cem Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, em especial de Vila Franca, Sacavém e St. Iria, para debater a recuperação capitalista em curso e as dificuldades das empresas.

A importância desta reunião deve-se não só ao número de CT's presente e ao tema abordado mas também à forma particular como a reunião decorreu com mais de 50 intervenções, muitas delas apresentadas por escrito e às conclusões e moções aprovadas (por unanimidade e aclamação) no Plenário final.

A reunião foi iniciada com uma intervenção do Secretariado Provisório que referiu os vários níveis em que a recuperação capitalista e reaccionária está em curso (devolução de mais de dez empresas ao patronato saboteador e mais de cem correções desse risco, a tática antipatronal do Ministério do Trabalho quanto ao DROT e às credenciais, o regresso dos saboteadores que fugiram, a quem não são exigidas as poucas reparações, a ameaça aos direitos de despedimento de membros das CT's, a deformação e combate da luta dos trabalhadores levada a cabo pelos órgãos da informação e por membros do Governo, etc.).

A intervenção terminou referindo a importância do Encontro para pressionar o recuo da recuperação capitalista, encontro que aparece no seguimento de muitas lutas dos trabalhadores, grandes ou pequenas, a necessidade de superar divergências ideológicas, secundárias em

relação aos interesses comuns, profundos e de classes dos trabalhadores no seu conjunto, o importante papel que as Comissões de Trabalhadores podem e devem desempenhar na complexa e difícil situação política e as tentativas da reacção em limitar o seu papel e prisioná-las em figurinos que não servem os interesses dos trabalhadores.

PELO REFORÇO DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Após esta primeira intervenção intervieram camaradas de Comissões de Trabalhadores que referiram, entre muitos outros pontos, os seguintes:

- que o patronato joga a fundo nos resultados das próximas eleições, que as CT's não se devem alhear do próximo processo eleitoral, e sem perder o seu carácter unitário, devem combater firmemente a demagogia eleitoralista, venha ela



donde vier, como ficou aprovado nas conclusões finais;

- que os órgãos de informação reaccionários e os panfletos anónimos têm desempenhado papel de relevo na preparação de condições que permitem o regresso dos saboteadores;

- que os trabalhadores das empresas nacionalizadas, nomeadamente dos sectores de Petróleos e Cimento estão a encetar formas de luta para pressionar a criação da empresa pública única do ramo, necessária para terminar com a conchavada aliança típica do capitalismo e colocar os sectores ao serviço do Povo Português;

- que o reforço da unidade interna nas empresas e o reforço de organização tem sido a arma mais eficaz para impedir o avanço da recuperação capitalista;

- que o desenvolvimento e o exercício do **controlo operário** é uma das mais urgentes tarefas dos trabalhadores das empresas nacionalizadas e com intervenção;

- que a reconversão de sectores se impõe com urgência, pois muitos problemas das empresas só podem ser resolvidos no âmbito dum política sectorial (e nacional também);

- que a grande burguesia comercial, em especial os importadores, têm impedido a fabricação interna de muitos produtos que seria possível e o aparelho de Estado tem fortes responsabilidades nisso;

- que o saneamento de elementos da confiança dos trabalhadores das comissões administrativas e dos organismos de coordenação económica tem tido graves repercussões na situação das empresas;

- que a política dos Ministérios do Trabalho, Comércio Interno, Finanças e Indústria e Tecnologia tem sido a que mais afecta os trabalhadores e as empresas;

- que o boicote imperialista, aliado à descredada sabotagem interna, continua a ser uma das principais causas dos problemas de muitos sectores;

A LUTA CONTINUA

Sendo impossível condensar todos os aspectos focados no primeiro ponto verificou-se que às tentativas de recuperação capitalista os trabalhadores têm levado a efeito formas de luta cada vez mais desenvolvidas e coordenadas, e que o movimento operário tem reagido com vigor a estas tentativas mas continuando a notar-se debilidades, em especial na falta de informação dos vários sectores entre si e entre estes e a opinião pública, bem como um abrandar de pressão sobre os órgãos de poder que se impõe intensificar muito mais.

Efectivamente, e ao contrário do que dizem os detractores da luta dos trabalhadores, tem sido devido à luta abnegada destes, ao seu estorço que a economia nacional não se encontra numa situação ainda mais grave. Dezenas de empresas melhoraram efectivamente a sua situação, apesar de muitas delas serem obrigadas a suportar os passivos originados pela política ruinosa das administrações e pela sabotagem económica do patronato reaccionário.

A ofensiva reaccionária impõe que a luta contra a recuperação capitalista prossiga a todos os níveis, que os contactos entre as Comissões de Trabalhadores se intensifiquem. Uma das consequências mais posi-

vas do Encontro foi a troca de experiências e o relato das formas de luta dos trabalhadores e a verificação da firme disposição em que os trabalhadores se encontram para impedir que a recuperação capitalista avance.

Este avanço terá como imediatas consequências:

- 1.º o aumento da repressão e do autoritarismo a nível de empresa, o despedimento não só de elementos que se destacam na luta como de outros trabalhadores (para «racionalizar» a produção); o aumento brutal da exploração capitalista e o espinhar das conquistas salariais e sociais dos trabalhadores;

- 2.º o agravamento da crise económica, a não resolução dos nossos problemas fundamentais e o reforço da dependência face ao imperialismo;

- 3.º a criação de condições para a reinstauração de uma nova ditadura ainda mais selvagem e brutal do que a que tivemos durante 48 anos.

O CARÁCTER UNITÁRIO DO ENCONTRO

O carácter unitário do encontro foi também um dos seus aspectos positivos. Camaradas de Comissões de Trabalhadores souberam pôr de lado divergências ideológicas, secundárias e unir-se nos pontos concretos, citados pelas necessidades objectivas dos trabalhadores.

O relato das sabotagens levadas a cabo pelo patronato que agora regressa impune para se tentar aproveitar da mesma salva à custa do esforço dos trabalhadores constituirá, só por si, material mais para um livro, do que para um jornal como o nosso **AVANÇADA**.

A conclusão essencial do Encontro reside quanto a nós na firmeza e combatividade demonstradas, na capacidade de análise e discussão revelada que demonstram bem que os trabalhadores não só sabem o que querem (uma sociedade mais justa onde não haja lugar para a exploração de homem pelo homem) como também como se podem resolver de imediato os graves problemas que se põem ao nosso País, tendo-se sugerido muitas propostas que apenas o boicote do aparelho de Estado e a oposição do patronato impedem de serem levadas à prática.

Um triste acontecimento ensombrou o Encontro: a morte súbita dum camarada da Comissão de Trabalhadores dos **Aviários do Freixial, Aníbal Albuquerque** que vitimado pela cólera veio a falecer no hospital.

A morte deste camarada, que como todos os outros soube sacrificar o seu dia de descanso, para contribuir decisivamente para a luta dos explorados deste país, reforça ainda mais a nossa determinação em levar para a frente as tarefas que se impõem e pelas quais ele tombou.

PINTORES DA CONSTRUÇÃO NAVAL INTEGRAM-SE NOS METALÚRGICOS

Com a integração, agora verificada, do Sindicato dos Pintores da Construção Naval no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal, chega-se à feliz conclusão dum batalha travada pelos pintores navais na sua luta pela verticalização sindical.

Esta luta vinha sendo travada havia mais de dois meses, com o objectivo da verticalização. Realizaram-se numerosas reuniões de esclarecimento em quase todas as fábricas e outros locais de trabalho, a fim de se dissiparem possíveis dúvidas que pudessem existir sobre o que é a verticalização, suas vantagens para os trabalhadores e a sua importância no movimento sindical. E também das vantagens para a unidade dos trabalhadores, principalmente como meio de reforçar essa união para a

luta contra o capitalismo.

Os responsáveis sindicais do Sindicato dos Pintores da Construção Naval desenvolveram os maiores esforços no sentido de que todos os seus filiados pudessem participar nas sessões de esclarecimento que foram realizadas. Para facilitar a presença do maior número possível desses trabalhadores a tais reuniões de esclarecimento, invocaram até a Lei Sindical, que permite aos operários a facilidade de poderem utilizar até 15 horas anuais de dispensa de trabalho para poderem assistir a reuniões e plenários sindicais das suas organizações. O carácter desse esclarecimento foi no sentido de consciencializar todos os operários de que podem legalmente desfrutar dessas horas para reuniões feitas durante os períodos de trabalho.

Houve, agora, em 10 do corrente mês, uma Assembleia Geral, durante a qual foi decidida, por secções de voto, a aprovação da integração desse Sindicato no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal. Esta Assembleia, que foi muito concorrida, teve o total de 1005 votantes, ou seja mais ou menos cerca de 50% do total dos filiados do Sindicato.

Dos 1005 votantes, pronunciaram-se: — A favor da integração no Sindicato dos Metalúrgicos, 853 votantes.

Contra a integração no Sindicato dos Metalúrgicos, 133 votantes.

Votos nulos ou inutilizados constituíram um total de 19.

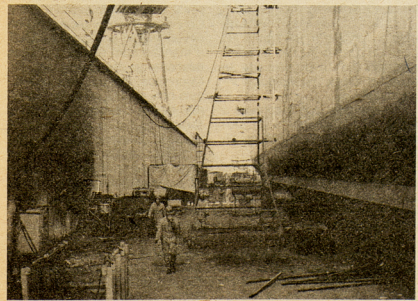
Estes números dão, em percentagens:

— Cerca de 85% a favor da integração.

— Cerca de 13% contra a integração.

Cerca de 2% de votos nulos. Este é um dos primeiros grandes casos em que há um Sindicato que se dissolve pela vontade expressa dos seus filiados, para serem integrados num outro Sindicato a que, pelo trabalho que desempenham na sua profissão, que é a das Reparações Navais, estão estreitamente ligados aos metalúrgicos.

Esta mudança foi feita com a consciência dos operários de que o seu lugar é no Sindicato dos Metalúrgicos, com a consciência de que sabem concretamente o que querem, na certeza que a sua actividade essencial é, sem nenhuma dúvida, no sector metalúrgico que melhor se integra.





A CUT É O REFLEXO DE LONGA ACTIVIDADE OPERÁRIA DA CUF

A atenção dos responsáveis da CUT centrou-se, de há algum tempo para cá, nas sessões sobre o Controlo Operário e sobre a capacitação, nas empresas. Estão por isso a efectuar-se, presentemente, sessões de esclarecimento nos próprios locais de trabalho, a grupos de 25 e 30 pessoas, sobre «*Que é o Controlo Operário e quais os fins a atingir*». Até ao momento da nossa conversação, tinham-se realizado já 12 destas sessões de esclarecimento, com a presença de cerca de 300 trabalhadores.

No quadro a seguir indicado pode melhor analisar-se a média de presenças em cada uma dessas sessões de esclarecimento, o que revela o grande interesse pela parte dos trabalhadores por este assunto de tão grande importância para o presente e para o futuro do controlo efectivo dos operários nas empresas onde dão o melhor do seu esforço:

«Também e em conjunto com os nossos camaradas responsáveis da NORMA, LISNAVE e SIDERURGIA NACIONAL, temos feito várias reuniões das respectivas Comissões de Trabalhadores para poderem ser estudadas as maneiras mais convenientes e práticas de se conseguir interessar pessoas dos mais variados ramos da Economia, professores e técnicos e outras pessoas que se tenham distinguido na pesquisa, para que, com seu saber e experiência, possam ajudar na formação de monitores, em cursos intensivos, de maneira a que estes monitores possam ficar aptos, em relativamente pouco tempo, a esclarecer e a ensinar aos trabalhadores os seus conhecimentos técnicos e económicos, de forma a poder enriquecê-los profissionalmente nos respectivos ramos das suas actividades e nas empresas a que pertencem.»

MÉTODOS E EXEMPLOS

Um dos métodos que a CUT tem utilizado para contactar mais de perto os operários tem sido o de publicar prospectos, onde se informa que há sessões de explicação sobre o que é o «Controlo Operário», que o controlo operário deve ser de toda a gente interessada na boa marcha da empresa e, em seguida, fazer uma boa distribuição em cada saída de turno de operários, apelando-se para a sua presença nessas sessões de informação e de formação.

O método utilizado é o das palavras simples, das simples e claras explicações, de maneira a transformar cada sessão, cada colóquio, em um motivo de interesse natural das pessoas, de forma a captá-las e a obrigá-las,

pelo seu próprio despertar para o saber, a estarem presentes nessas reuniões de esclarecimento. Temos sempre em mente que cada colóquio deve ser um motivo de agarrar, de prender, pelo seu interesse, mais e mais as pessoas.

Os trabalhadores da CUF nunca deixaram de estar bem atentos e vigilantes sobre todos os assuntos ligados aos interesses da própria empresa a que pertencem. Sobretudo, por terem a consciência de que a CUF é uma muito grande empresa nacionalizada, o que quer dizer que é uma riqueza da Nação, do Povo português, que é preciso defender.

Assim, nos respectivos locais de trabalho, cada trabalhador deve ser um «braço armado do controlo operário», de forma a evitar desgastes inúteis, que são sempre prejuízos que se podem

zada na CUF, que data de muito antes do 25 de Abril.

Ai por 1960, os trabalhadores da CUF organizaram um movimento reivindicativo pelo aumento de salário de 8300. Esse movimento contou com a participação de mais de 80% dos trabalhadores da empresa.

Passados meses, houve novo movimento reivindicativo, o qual, pela clareza e justeza dos seus objectivos, levou para a luta, desta vez, mais de 90% dos trabalhadores, o que fez pensar seriamente os senhores da administração da CUF. Foram propriamente esses senhores que vieram com a ideia da criação duma Comissão Interna da Empresa, com o intuito de limitar os desgastes... Quiseram, com essa ideia da Comissão Interna, travar os movimentos reivindicativos dos trabalhadores da empresa. A missão dessa Comissão Interna,

ções e resolver da melhor maneira as questões que se punham aos trabalhadores da empresa. A partir daí, ficou-se com a ideia que se devia criar a estrutura desse grupo em novos moldes. Os quadros e os técnicos reuniram entre si para apreciar a questão e resolveram dar a sua adesão a essa ideia. Contactaram-se os vários grupos da Empresa, representantes dos operários, das secções dos técnicos e dos quadros, dos administrativos, etc. Formou-se, assim, uma Comissão de Unidade, a qual efectuou várias reuniões, tendo sido eleitos 15 elementos desta Comissão para formar a C. Instaladora. Esses 15 trabalhadores sabiam que a perspectiva que se impunha, portanto, era a da verticalização para essa Comissão de Unidade de Trabalhadores. E estavam convictos que essa ideia seria aceite por todos os trabalhadores da CUF. Nomeou-se um grupo de trabalhadores para fazer um Regulamento provisório, o qual foi feito e continha escassas linhas. Mas este ano, com a nova composição da CUT, foi feito um Regulamento com um âmbito muito mais largo e mais ajustado às circunstâncias. Esse Regulamento é muito objectivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Diz esse Regulamento, na rubrica «Disposições Gerais» — Objectivo, que:

1 — O objectivo da União de Trabalhadores da CUF representada pelo CGT (Conselho Geral de Trabalhadores) será o de desenvolver formas de controlo do funcionamento da Empresa por parte dos seus trabalhadores sob a direcção da classe operária, perspectivadas no sentido da constituição de uma sociedade verdadeiramente Socialista.

2 — Declaração de princípios:

São definidos os princípios que se consideram basilares para a concretização das aspirações das massas trabalhadoras da CUF:

a) — Promover a unidade dos trabalhadores, através da defesa intransigente dos seus justos direitos e anseios.

b) — Não colidir mas, contrariamente, colaborar sempre que possível com as acções da competência dos Sindicatos que se desejam fortes, autónomos e independentes.

c) — Adotar como comuns a todos os trabalhadores os problemas que afectem um ou alguns deles.

d) — Considerar prioritários os problemas Nacionais, tais como os define a Revolução em curso e a vontade dos trabalhadores livremente expressa.

3 — Âmbito

Este Regulamento abrange todos os trabalhadores da CUF.

a) — São considerados trabalhadores da CUF todos os empre-

gados até à categoria de Director de Serviço (inclusive).

Nas «Disposições Finais» deste Regulamento há, entre outras disposições:

7.3 — Dado o papel fundamental dos Sindicatos no apoio e defesa dos interesses dos trabalhadores, considerar-se-á desejável para garantia de uma eficiente acção de conjunto, que os delegados sindicais sejam eleitos, dentro do possível, para membros do CGT, salvaguardando no entanto a livre escolha por parte dos trabalhadores.

7.4 — Será recomendável que os Grupos Locais trabalhem em estreita colaboração com as comissões sindicais e inter-sindicais da mesma zona produtiva ou de serviços.

7.5 — A CUT, mandatada pelo CGT, poderá colaborar ou fazer parte de outras comissões de trabalhadores de empresas ligadas à CUF, ou não, no sentido de dinamizar a luta das massas trabalhadoras.

E de salientar aqui que todos os trabalhadores da CUF discutiram nos locais de trabalho o projecto deste Regulamento, apresentando propostas de alteração, colaborando na sua feitura. A sua aprovação foi feita depois de mais de trinta horas de discussão.

A COLABORAÇÃO CUT-SINDICATO

O camarada Eduardo José Guerinheiro, que nos tinha feito o histórico deste movimento, explicou-nos depois que:

«Como Comissão de Unidade de Trabalhadores, nós tivemos a preocupação inicial de que tudo que era sindical fosse tratado exclusivamente nos Sindicatos. Tínhamos a percepção de que havia a necessidade de reforçar os Sindicatos e por isso encaminhamos todo o nosso trabalho para, adentro do nosso regulamento, que a organização sindical tomasse em suas mãos tudo quanto dissesse respeito aos problemas de âmbito sindical, reforçando a sua influência junto dos trabalhadores sob o aspecto sindicalista. Tanto assim é que a Comissão Inter-Sindical trabalha estreitamente com a nossa CUT e mantém com ela as melhores relações de activa colaboração. Queremos, até, salientar que fomos nós, a CUT, os incentivadores desta colaboração. Houve sempre na nossa mente a preocupação de iniciar, manter e desenvolver os contactos com os Sindicatos existentes na Empresa, especialmente com os Químicos, os Têxteis, etc. Há numerosos delegados sindicais, os quais formam a Comissão Inter-Sindical, a qual tem um secretário. Mas isso é um problema que somente os camaradas ligados aos problemas sindicais podem e devem falar.»

GRUPO	DATA	HORA	ENCARREGADO	SECÇÃO	PRESENÇA	AUSENTE
ALUMINIO	5	18	D. C. M. C.	D. R. M.	104	30
LENTO	6	18	R. D. G.	ENFERMEIROS NÁUTICO	30	48
COMPLEX	6	18	R. P.	R. P.	39	28
ALUMINIO	16	18	S. A.	REMOVAÇÕES	30	30
	6	18	D. C. E. J.	TRATAMENTO DE CUIVET	30	30
GRUPO	10	18	D. C. A.	LABORATORIOS COMUM	30	29
GRUPO	11	18	D. C. A.	LABORATORIOS COMUM	60	70
D. C. E.	6	18	D. P. C. C.	DEPARTAMENTO DE CUIVET	23	12
D. C. E.	18	18	D. P. C. C.	DEPARTAMENTO DE TÊXTIL	70	38
	14	18	D. T.	TUBAGEM E LIGAMENTOS		
ALUMINIO	18	18	D. C. M. C.	LABORATORIOS COMUM	38	32
	18	18	D. C. M. C.	LABORATORIOS COMUM	30	30
	18	18	D. C. E. J.	DEPARTAMENTO DE CUIVET		
COMPLEX	18	18	D. C. E. J.	DEPARTAMENTO DE CUIVET	76	23
	11	18	S. A.	PROBLEMAS DE TÊXTIL		
	11	18	D. P. C. C.	LABORATORIOS COMUM		
COMPLEX	20	18	D. P. C. C.	LABORATORIOS COMUM	74	18
	26	18	D. P. C. C.	COMPLEX E TÊXTIL		
	26	18	D. P. C. C.	LABORATORIOS COMUM		
	26	18	D. T.	LABORATORIOS COMUM		
	26	18	D. P. C. C.	LABORATORIOS COMUM		

ORGANIZAR, ESCLARECER, MOBILIZAR

evitar. Um exemplo bem claro e prático do que é a vigilância, o controlo dos trabalhadores no seu lugar de actividade, deu-nos há algum tempo os Têxteis:

— Em determinada altura, havia uma grande existência, em armazém, de corantes, no valor de uns 3000 contos, que, por serem julgados fora de prémio para as actividades da fábrica do Barrilero, a gerência de então pretendia jogá-los fora, inutilizá-los.

Só a vigilância, o controlo efectivo e eficiente dos operários da respectiva secção impediu esse enorme esbanjamento de riqueza, sem benefício para quem quer que fosse. Depois disso, uma parte importante desses corantes foi enviada e utilizada na Fábrica de Têxteis que a CUF tem em Ansião.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A CUT não é obra de um acaso qualquer. Ela é o reflexo de uma longa actividade operária organi-

segundo os senhores da administração, seria a de servir de porta-voz dos trabalhadores nas discussões com a administração.

Fizeram-se eleições legais na Empresa para a direcção dessa Comissão. E todas as reuniões da direcção eram presididas pelo próprio director Jorge de Melo, sempre com um secretário privado para cada reunião de direcção, secretário posto pela administração da CUF. Mas a partir do 2.º ano de funcionamento desta Comissão Interna da Empresa foi imposta pelos senhores da direcção da CUF que essa Comissão problema tratar de todos os problemas reivindicativos dos trabalhadores — com excepção dos ligados a direitos e aumentos. Isto é, era-lhes proibido uma das funções principais para que poderia servir.

Após o 25 de Abril, pôs-se em causa essa Comissão. E em Maio de 1974, formou-se um grupo de Trabalho, iniciado na zona Têxtil, para pôr reivindicá-



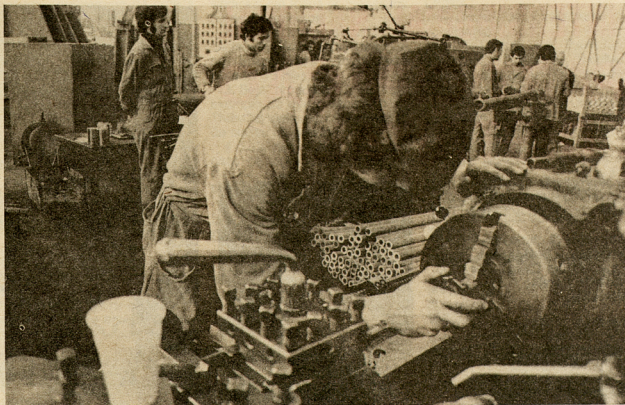
Muita gente não conhece, por dentro, a SOREFAME. "ALAVANCA" foi lá, há dias, para ver como era. Viu "apenas" uma pequena-grande parte daquele monstruoso conjunto industrial. Uma pequena enorme parte dessas instalações, onde homens e máquinas, num conjunto de aparente agressividade, se completam.

Estivemos numa muito grande secção onde há máquinas que executam trabalhos sob um controlo electrónico e humano. O nosso guia informou-nos que são máquinas e instalações das mais perfeitas existentes na Europa. Pelo que nos foi dado observar, não nos custa acreditar nisso.

Noutras secções, carruagens metálicas destinadas à América. Utilizavam-se carruagens motoras, que muito nos surpreenderam.

— So os motores é que vêm de fora — esclareceu-nos o nosso guia. — Não se fabricam ainda em Portugal.

Na secção de reparações, uma



NA SOREFAME:

EMPRESA QUE NÃO TIVER O CONTROLO OPERÁRIO É CAMPO ABERTO ÀS MANOBRAS DO PATRONATO

das carruagens do "sud-expresso" mutilado, da catástrofe de Fornos de Algodres, em Dezembro passado.

— É dos piores trabalhos cá dentro — afirma-nos o nosso amigo.

As máquinas são enormes, perfeitas, mesmo bonitas. Nelas, sobre elas, debruçados, atentos, os homens peças complementares indispensáveis das grandes máquinas, agem com uma constante atenção e movimento.

Numa das grandes alas, um grupo de operários acertava um conjunto de peças. Acercámo-nos deles. São: Francisco Conceição Mendes,

que nós sabemos, é que a empresa que não tiver controlo dos operários, os patrões alegam que o físico leva a massa e escamoteiam grande parte do movimento da casa, através de dupla escrita, como estavam habituados a fazer no tempo do fascismo, quando não havia controlo operário".

Apareceu um outro trabalhador para reforçar o grupo: Carlos Alberto da Silva Costa, serralheiro mecânico.

— Conhecemo "ALAVANCA"? Que pensam do jornal?

— "Conhecemos, mais ou menos. É um jornal que traz artigos de muito interesse para os



João Pires Piedade e Virgílio Pereira Duque, todos serralheiros civis, e Carlos Figueiredo, mecânico. Perguntámos o que pensavam que fosse o Controlo Operário.

"É uma grande necessidade que a classe operária tem de manter e não deixar perder. Se os trabalhadores não têm o controlo sobre o movimento da casa onde trabalham não podem ter bases para saber se podem conscientemente pedir ou não aumentos aos patrões. Muitas vezes eles dizem que dá prejuízo. Mas o que é verdade, o

trabalhadores. Que defende os trabalhadores".

— Sobre as liberdades sindicais, que pensam?

— "Acha-mos que os Sindicatos devem ter toda a liberdade possível e que os Sindicatos devem dar a orientação e a palavra. Eles são os órgãos máximos da classe operária. Sem organização sindical, os trabalhadores não vão a lado nenhum. Quando elegemos o nosso delegado sindical é porque temos confiança nele e porque sabemos que ele vai levar a

nossa voz ao Sindicato. Era bastante agradável que a classe operária, a nível nacional, estivesse dentro do problema sindical. Assim sendo, isto iria muito melhor.

"O controlo operário dentro desta empresa já tem dado realmente provas da sua capacidade e eficiência. Até já se publicaram os números 1 e 2 dum Boletim sobre o que é o "controlo operário".

Mais adiante, noutra secção, abordámos Francisco Belo, serralheiro civil. Perguntámos-lhe se achava que a Reforma Agrária era importante para o Povo e se os operários deviam, ou não, defendê-la também.

— "Sem dúvida que sim, pois que é uma das conquistas mais importantes da Revolução. Não só a classe operária deve defender a Reforma Agrária juntamente com os camponeses, mas também todas as outras camadas da população devem fazê-lo. A Reforma Agrária permite o fim do domínio dos latifúndios. Com a Reforma Agrária pôs-se fim a esse domínio e foi resolvido o principal problema que afligia as populações camponesas: o desemprego. Além disso, a entrega das terras às Cooperativas dos camponeses permite um aumento muito importante na produção agrícola".

Sobre "ALAVANCA", acha que defende bem a classe trabalhadora, sem dúvida nenhuma". Pensa que a sua leitura é acessível e que talvez, se trouxesse mais fotografias, a sua leitura se tornasse mais atraente". Acha que "ALAVANCA" tem um papel muito importante a desempenhar

na defesa e na luta da classe operária".

Quanto ao aumento do custo de vida: — "É assustador. E o aumento do salário que tivemos nem de longe pode compensar isso. Depois, o congelamento da contratação colectiva foi uma medida muito má para os trabalhadores, pois que permitiu muito reduzir o poder de compra dos trabalhadores".

Depois, foi a vez de Manuel dos Santos Oliveira, serralheiro civil, que, sobre o papel dos Sindicatos, acha que: — "O Sindicato é necessário, desde o momento que esteja inteiramente ao lado dos trabalhadores". E que as lutas sindicais "devem ser orientadas pelos Sindicatos em conjunto com os trabalhadores". Quanto ao aumento do custo de vida, "foi muito grande para os salários actuais. O aumento de salários não está de acordo com o aumento do custo de vida, muito embora nós aqui já tenhamos um salário mais ou menos razoável. Mas a maioria dos trabalhadores, a nível nacional, não tem". Afirma que não lê "ALAVANCA" mas que "antes ouvia todas as noites as emissões Alavanca, na rádio. Estranho e lamento que elas nunca mais se tenham escutado". Sobre a Previdência que se controla pelos operários, "não estou dentro do assunto. Mas acho que a Previdência é nossa. Nós é que descontamos para lá".

Percorremos novas alas do enorme conjunto das instalações e fomos até a outras secções da SOREFAME. Abordámos um jovem que passava, de nome Carlos Manuel Gonçalves Lourenço, técnico de desenho:

— Que pensa sobre a liberdade sindical?

— "A liberdade sindical é imprescindível. Os sindicatos, que são os órgãos máximos da representação dos trabalhadores para defenderem os seus direitos, têm de usufruir uma completa liberdade. O Governo actual não está a facilitar nada a missão dos delegados sindicais, em muitas empresas. Através dos órgãos da informação estamos a saber da volta dos antigos patrões às fábricas que tinham abandonado e onde a orientação e o esforço dos trabalhadores e os tinham reequilibrado a situação dessas empresas antes em vésperas de falência. E o pior de tudo isso é que o regresso desses antigos patrões se tem estado a fazer de cooperação com o Ministério de Trabalho, que parece apostado em servir melhor os interesses dos antigos patrões que os dos trabalhadores. Além disso, esses patrões, logo que retomam o comando das fábricas, depressa impõem que as Comissões de Trabalhadores dessas fábricas

sejam destituídas, para passarem a gerir as empresas à maneira deles, como antigamente, à maneira fascista".

— O que acha que deve ser a missão de um delegado sindical numa empresa?

— "Acho que deve ser um indivíduo que tem de ter um trabalho bastante activo dentro da empresa a que pertence. Tem de zelar pela defesa dos direitos dos trabalhadores para que não possam ser espezinhados os seus interesses pelos senhores da administração".

— Acha que o controlo operário é um bem, uma necessidade?

— "Para mim, penso que o controlo operário é fundamental que exista. Quanto maior for a empresa, se a produção, se a gestão, não forem controladas, se se entrar numa espécie de anarquia de produção, tudo pode redundar num grande prejuízo, que virá a ter repercussões sobre os trabalhadores. O controlo operário poderá evitar desses e doutros excessos, sempre prejudiciais para a boa marcha duma empresa".

— Que acha sobre o aumento do custo de vida?

— "Que é uma manobra do patronato e do Governo. O aumento do custo de vida cria dificuldades a toda a gente. Os indivíduos duma pretensa classe dominante podem suportar bem esses grandes aumentos no custo dos produtos de consumo. Enquanto que a classe operária é que não os pode suportar. Isso criou dificuldades insuperáveis".

Até ao próximo número de "ALAVANCA", amigos!



PLENÁRIO DA INTERSINDICAL NACIONAL AMPLA PARTICIPAÇÃO A NÍVEL DISTRITAL

O aumento do custo de vida e a contratação colectiva foram motivo de profunda análise durante o último Plenário da Intersindical Nacional, realizado no passado dia 13, no anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa.

Ao Plenário compareceram 93 Sindicatos (3 como observadores), 3 Federações, 14 Unições, 4 Secções e 2 Delegações, tendo os trabalhos sido dirigidos pelos camaradas Carlos Carvalho, Beatriz Santana, Ângelo Ferreira, Adérito Catalão e José Matos Alves, membros do Secretariado Nacional.

Na discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Política Salarial, foi submetido à apreciação dos presentes um documento-proposta elaborado pelo Conselho Geral da Intersindical Nacional que, após terem sido introduzidas algumas rectificações, veio a ser aprovado por aclamação.

Eis o teor da proposta aprovada:

— Considerando que o aumento do custo de vida e o congelamento da Contratação Colectiva lançados pelas forças capitalistas a partir dos acontecimentos de 25 de Novembro veio reduzir o poder de compra e afectar as condições de vida das massas trabalhadoras pondo em perigo uma das suas conquistas e um dos objectivos do 25 de Abril, a melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas;

— Considerando a política antipopular prosseguida pelo Ministério do Comércio Interno responsável pelo brutal aumento do custo de vida;

— Considerando que a actual fase política se caracteriza por um avanço das forças de direita e portanto dum recuperação capitalista que visando do ponto de vista económico fazêr pagar pelos trabalhadores a crise da economia, possibilitando no campo político o retorno da dominação das forças do capital monopolista e latifundista;

— Considerando a necessidade dos trabalhadores, através das suas organizações sindicais, participarem nas feiras das leis que lhes dizem directamente respeito;

— Considerando a necessidade imperiosa das organizações sindicais, sob pena de se demitirem, lutarem pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores;

O Plenário da Intersindical tendo em conta a vontade expressa pelos trabalhadores, através da discussão já havida nos locais de trabalho e nos Sindicatos, decide:

1.º — Revindicar a presença da Intersindical no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços;

2.º — Revindicar do Governo a adopção das seguintes medidas:

a) Actualização imediata do salário mínimo nacional que tenha em conta o aumento de preços registado desde 1 de Junho de 1975 (maio de 1974 até Janeiro de 1976), a sua revisão

periódica deverá sempre contar com a ampla participação das organizações dos trabalhadores de forma a assegurar condições de vida dignas e a fiscalização rigorosa da aplicação do salário mínimo.

b) Actualização das pensões de reforma como consequência do aumento do salário mínimo, sem prejuízo do direito à fixação duma Pensão Nacional Mínima extensiva a todos os trabalhadores, devendo ser tomadas as medidas necessárias para obrigar o patronato a liquidar as dívidas para com a Previdência;

c) Actualização do subsídio de desemprego que deverá tender progressivamente para um valor igual ao do salário mínimo nacional;

d) Elevação do limite do congelamento de salários de 12 000\$00 para 15 000\$00;

e) Redução do salário máximo nacional;

f) A adopção dum política fiscal que onere os rendimentos não provenientes do trabalho;

g) Congelamento dos preços dos produtos essenciais e manutenção da política de controle de preços que vinha a ser efectuada pelos Governos anteriores;

h) Desmantelamento da rede, dos mecanismo e do poder dos intermediários parasitas e a sua substituição pela criação de estruturas de distribuição que impeçam a operação dos produtos possibilitando preços justos no consumidor;

3.º — Incentivar a revisão dos Convenções Colectivas de Trabalho com vista à melhoria do poder de compra das massas trabalhadoras, afectadas pelo aumento do custo de vida, sem qualquer discriminação salarial em relação aos trabalhadores do sector público, nacionalizado e empresas com intervenção do estado;

4.º — Constituir na Intersindical uma Comissão, dependente do secretariado, destinada a dinamizar e a coordenar a nível nacional as acções necessárias à obtenção dos objectivos referidos no Ponto 2, e constituída por representantes dos seguintes organismos:

- Federação do Comércio
- Federação dos Metalúrgicos
- Federação dos Têxteis
- Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas



— Sindicato da Construção Civil
— Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos (Contratação Colectiva) foi posto à discussão do Plenário um documento-proposta, igualmente elaborado pelo Conselho Geral, que veio a ser aprovado por maioria. Dada a sua importância passamos a transcrever, na íntegra, o citado documento:

Considerando que:

a) a problemática da contratação colectiva é um conjunto de direitos dos trabalhadores regulamentados e regulamentáveis, não só pelo decreto-lei sobre contratação colectiva mas também por outros diplomas legais, nomeadamente os que contêm matéria relativa a despedimentos, horários de trabalho, greve, controle da produção, liberdade sindical na empresa e contratos a prazo;

b) a contratação colectiva deve ser livre da intervenção do Estado e das regras e processos que limitem as formas de luta dos trabalhadores;

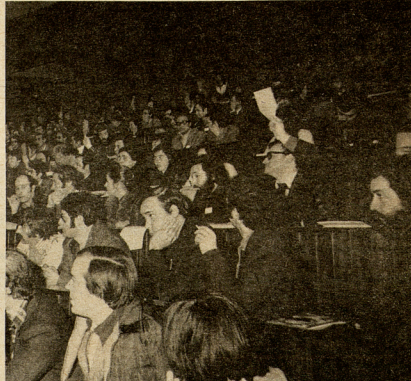
c) o processo contratual deve ser simples e flexível;

d) o prazo de vigência dos CCT não deve ser superior a um (1) ano;

e) as fases de negociação devem ser de natureza voluntária;

f) as portarias de alargamento de âmbito e de regulamentação não devem depender sempre de prévio requerimento dos Sindicatos, após consulta aos trabalhadores;

g) não deverá haver tratamento diferenciado entre os



trabalhadores do sector público e nacionalizado e os trabalhadores do sector privado;

h) a ampla discussão sobre contratação-colectiva e política salarial, efectuada pelos trabalhadores nas suas empresas, Sindicatos e regiões, permitiu uma análise atenta e muito ampla do documento aprovado pelo Conselho Geral da Intersindical em 12/2/76;

i) apesar da ampla movimentação dos trabalhadores que obrigou à inclusão de aspectos positivos no decreto-lei tais como:

- Revogação dos Decretos-Leis 49212 e 292/75;
- Relativa Liberdade contratual, sem intervenção do Estado;
- Possibilidade de aplicação de efeitos retroactivos.

O mesmo contém matéria que pode abrir caminho à revisão de pontos essenciais e, portanto, lesiva dos interesses dos trabalhadores, nomeadamente:

- a não aplicação do Decreto-Lei aos funcionários públicos e das autarquias locais e o carácter provisório do novo regime em relação aos trabalhadores da Previdência;

- a previsão de autonomização dos processos de negociações dos trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas;
- a não previsão de formas de aceleração do processo de negociação, cuja demora só favorece o patronato.

- obrigatoriedade do prazo mínimo de vigência (1 ano) o que limita a liberdade de negociação;
- a não previsão de intervenção dos Sindicatos nas portarias de alargamento de âmbito e da regulamentação das normas de trabalho;

1) O Plenário da Intersindical, reunido em Lisboa a 13/3/76 reafirma que:

a) As convenções e outros instrumentos de regulamentação dos contratos de trabalho, devem obrigar trabalhadores e entidades patronais dos sectores de actividade a que tal regulamentação diga respeito, quer estejam ou não filiados nas respectivas associações representativas;

b) Os trabalhadores não poderão ficar sujeitos as

manobras destinadas a limitar previamente o acréscimo global de encargos resultantes dum nova regulamentação porque não dêem o controlo sobre os dados estatísticos, fornecidos pelas entidades patronais e tal processo conduziria à divisão das várias categorias de trabalhadores e subordinaria os seus legítimos interesses à recuperação capitalista;

c) Não são passíveis de limitação as reivindicações destinadas a assegurar a real melhoria das condições gerais de vida dos trabalhadores na base dos dados estatísticos existentes, viciados pelo antagonismo presente entre o objectivo da acumulação capitalista e os interesses das classes trabalhadoras.

2. O Plenário da Intersindical reunido em Lisboa a 13/3/76, exige:

1. A intervenção dos trabalhadores (através do Movimento Sindical), na Comissão Nacional de Preços e Rendimentos;

2. Do Governo que, por via administrativa, não venha a limitar, condicionar, ou de qualquer modo atentar contra a liberdade de contratação, regulamentando sobre matérias (exemplo as referidas na alínea I dos considerandos) por forma a pôr em causa conquistas alcançadas ou a alcançar pelos trabalhadores por via da contratação colectiva e ainda que revogue a legislação em vigor que atenta contra tal liberdade, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 456/72;

3. Que o Ministério do Trabalho sempre que pretenda propor leis ao Governo, passe a ouvir, previamente, os trabalhadores através das suas estruturas representativas.

3. O Plenário da Intersindical reunido em Lisboa a 13/3/76, decide:

1. Manifestar ao Governo e aos órgãos do poder, através do Secretariado da Intersindical, as suas preocupações sobre a matéria constante do D.L., lesiva dos interesses dos trabalhadores;

2. Reforçar a vigilância sobre

REFORMA

agrária



A UNIÃO SINDICAL DE TORRES NOVAS COM A REFORMA AGRÁRIA

Muito se tem falado, nos últimos tempos, dos trabalhadores rurais do Alentejo.

E, quando se fala nesses trabalhadores, fala-se na Reforma Agrária que, com as condições criadas com o 25 de Novembro, tão atacada tem sido.

Segundo alguns, os trabalhadores roubado as terras aos patrões, que as amanhavam, para agora as deixarem incultas.

Outros, dizem que os trabalhadores só ocuparam as herdades para venderem os gados já criados, colherem os cereais semeados pelos patrões e cultivarem, apenas, as melhores terras.

Tudo isto tem sido dito, depois do 25 de Novembro, em conversas de café, em alguns jornais e, até, em comícios de partidos políticos.

O objectivo destas calúnias não pode ser outro senão o de revitalizar o capitalismo, em Portugal, animar os latifundiários a retomar as terras, acabar com a Reforma Agrária e implantar, de novo, o fascismo, entre os portugueses.

É isto, porque a realidade concreta, no Alentejo, é bem outra. Só quem ali se deslocou, não para passear, mas para contactar de perto, trabalhadores e trabalho, se apercebe da verdadeira batalha que trava aquele Povo.

Aproveitando uma visita organizada por um grupo de pessoas de Torres Novas a algumas Cooperativas Agrícolas do Baixo Alentejo, ali de deslocaram alguns elementos do Secretariado da USTR.

A primeira realidade, constatámo-la durante o caminho.

Habitámo-nos a ouvir falar do Alentejo, como uma terra sem beleza e desprezada, pois quem há alguns anos ali passava, de parava, de facto, com este panorama.

Terras não amanhadas; centenas de hectares destinados às reservas de caça, para alguns senhores se divertirem; centenas de hectares onde apenas se explorava a cortiça e o gado que ali se criava.

O que verificámos ao longo de muitas dezenas de quilómetros, pois atravessámos, quase na totalidade, os distritos de Évora e Beja, foi um panorama bem diferente.

veríamos a chamar de servidão, têm uma certa dificuldade em aceitar o convívio só, fora de preconceitos, e a partilha comum.

Dai a dificuldade que, a princípio, se notava nestes trabalhadores, em aceitarem partilhar da refeição que levávamos.

Partilhar do pão que eles próprios produziram, pois o comprámos, já, em terras alentejanas.

Partilhar da carne que eles próprios terão criado, e da qual muito pouca comem.

Partilhar do vinho que, não sendo criado por eles, lhes pertence por direito.

E foi neste ambiente, de lenta mas progressiva adaptação, que fomos dando perguntas. Perguntas para as quais sempre tivemos respostas simples, de forma simples.

Dizem que vocês só se metiam as melhores terras e que deixaram as outras. Como se vêem, de facto, algumas terras por cultivar, como é que explicam isso?



«Olhe, o que se passa, é que as pessoas que falam assim, não percebem nada disto!»

Aqui na nossa zona, todas as terras que podiam ser semeadas, foram semeadas. Mas há terras que, para produzirem bem, não podem ser semeadas todos os anos. Por isso, há terras que têm de ficar a descansar. Há, também, necessidade de deixar algumas terras de pastagem para os gados.

Existem, ainda, terras que os proprietários das herdades não cultivavam há muitos anos, e que, agora, têm de ser lavradas, pelo menos dois anos antes de serem semeadas.

— Vocês acham que estavam melhor com os patrões, ou assim?

MENSAGEM DO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL AOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

O Secretariado da Intersindical Nacional considera a luta dos trabalhadores do campo Alentejano como um alto exemplo da consciência revolucionária de quantos, à custa de enormes sacrifícios, demonstram no dia a dia, a força da unidade e a capacidade dos trabalhadores construírem uma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

A Reforma Agrária em Portugal, representa sem dúvida, a maior conquista da revolução portuguesa e tornou-se, pela dinâmica das massas trabalhadoras alentejanas e pelas provas de solidariedade da classe operária e doutros trabalhadores dos mais variados sectores económicos, como património de todo o povo português. Os ataques que tamanha conquista tem sofrido por parte dos antigos latifundiários e as inúmeras e sucessivas tentativas de estrangulamento económico e burocrático por parte das entidades oficiais demonstram, por um lado os reais perigos que a Reforma Agrária enfrenta e por outro, são testemunho da coragem e tenacidade com que os trabalhadores do campo têm sabido enfrentar todos os que são inimigos da Democracia.

A luta pela defesa e consolidação da Reforma Agrária não é somente tarefa dos trabalhadores do campo, é tarefa de todos os trabalhadores portugueses, é tarefa patriótica de todo o povo que não quer nunca mais o fascismo.

O Secretariado da Intersindical Nacional saúda com emoção os heróicos trabalhadores do campo, trabalhadores rurais, seareiros e rendeiros, pequenos e médios agricultores e as suas organizações de classe, sindicatos e ligas e exorta os trabalhadores portugueses a não permitirem que a Reforma Agrária volte atrás.

**PELO PÃO, PELA LIBERDADE, PELA DEMOCRACIA!
PELA DEFESA E CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA!
PELA DEFESA DAS LIBERDADES E CONQUISTAS
ALCANÇADAS COM O 25 DE ABRIL!
A LUTA CONTINUA!**

O Secretariado da Intersindical Nacional

«Temos tido muita dificuldade, e sabemos que ainda vamos passar muitos sacrifícios, mas trabalhamos da melhor vontade, porque temos mais liberdade, ninguém anda atrás da gente, como andavam, e sabemos que o que produzimos é para os trabalhadores.

E a gente também gosta de ver a terra a produzir. Olhe para esta beleza!

**«LUTAREMOS
ATÉ AO FIM
E VAMOS VENCER»**

«Se fosse com o patrão, não estava nada semeado. Sabe, temos é que fazer com que eles não voltem. Porque há por aí lacaioes que gostariam que eles voltassem. A gente sabe que eles já andam por aí a fazer reuniões e vêm cá de noite, mas podem ficar descansados, que lutaremos até ao fim, e vamos vencer, porque isto é nosso, e não deles.

Posso-lhe ainda dizer, que nas herdades onde as coisas têm corrido pior, é porque se foi embora o patrão, mas lá ficaram outros patrões (feitores, capatazes, etc.). Para isto correr bem, é preciso que todos se considerem trabalhadores, ou então, que se vão, também, embora.»

— A nível oficial, que apoio têmido?

«Quem nos tem ajudado e orientado é o Sindicato e o IRA. Foi do IRA que tivemos todo o apoio, até ao 25 de Novembro; mas, agora, temos mais dificuldades. Eles agora já atendem melhor os agrários do que a nós.

Sabe, eu não os conheço bem, agora, mas até dizem que os que lá estão, são filhos de agrários. Por isso, é natural que eles atendam bem os pais...

Mesmo assim, nós aqui, tivemos menos dificuldades que outros, porque ficámos com as máquinas (tractores, debulhadoras, etc.).

Olhe, aqui para os lados de Ourique, há uma herdade com cerca de 1.300 hectares, que não ficou nem com um tractor!

Nós vamos para lá, amanhã, e vão tractores de muitos lados.

Temos que os ajudar, porque a Reforma Agrária tem de ir para diante.»

— Toda esta zona está administrada por Cooperativas?

«Não. Só existem Cooperativas nos grandes «montes». Nas pequenas e médias herdades, continuam os proprietários ou rendeiros. Eles até nós ajudam e nós ajudamos a eles.

Sabe, eles também tinham dificuldades, porque os grandes agrários queriam, sempre, ficar com tudo.»

Estas, algumas respostas que nos foram dando os trabalhadores de Panóias, durante o dia que passámos com eles.

Sugestionados com a informação dada sobre a jornada de trabalho que iam realizar nas herdades para os lados de Ourique, ali nos deslocámos, na manhã de Domingo.

Para tanto, caminhamos a pé, pela planície alentejana, percorrendo bastantes quilómetros. Quilómetros que faziam parte da tal herdade de 1.300 hectares, e que está, há muitos anos, por cultivar, quase na sua totalidade. Das tais onde apenas havia exploração de cortiça e pouco mais...

Mas valeu a pena. Aí fomos encontrar a verdadeira solidariedade. A vontade férrea de reconstrução do País, a inabalável certeza de que a Reforma Agrária se executaria.

Cerca de 50 tractores, vindos de dezenas de quilómetros de distância, desbravavam terras que, criminosamente, se encontravam em estado improdutivo.

ATÉ QUE O ALENTEJO SEJA CULTIVADO PELOS TRABALHADORES

Espetáculo maravilhoso para quem tem a noção do sacrifício que representa e o objectivo com que se executa.

Para os que pensam que a independência económica se consegue com empréstimos estrangeiros, deveriam receber a lição deste Povo, que pretende alcançar-la, produzindo cada vez mais os produtos essenciais para o País, evitando, assim, a sua importação.

Saltámos pelo os tractores e na longa que cada um fazia rasgando a terra, os seus motoristas nos iam afirmando que a sua caminhada era irreversível e que estavam ali, porque tinham essa certeza.

Pena tinham que os dias não fossem maiores, mas estavam dispostos a continuar estas jornadas todos os Domingos, até que o seu Alentejo estivesse cultivado e controlado pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores.

Um destes tractoristas pediu-nos:

«Digam lá a esses senhores que andam dentro dos gabinetes a falar da Reforma Agrária e dos trabalhadores alentejanos, que venham para cá e... falem depois.»

«Digam-lhes também que isto é nosso e estamos dispostos a fazer sacrifícios, mas, também, a lutar até à morte.»

Foi neste estado de espírito que deixámos estes trabalhadores desbravando, decididamente os caminhos do futuro.

Foi aqui que sentimos, também, de facto, em construção, o caminho para o socialismo.

Na caminhada que fizemos pelos montes desta herdade em direcção ao autocarro que nos iria transportar para terras do nosso Portugal, onde a vida é tão diferente, demos por nós a reflectir nos trabalhadores das cidades e das vilas.

Como seria bom que todos os trabalhadores conhecessem, de perto, a luta heróica dos trabalhadores alentejanos!

Como seria bom que os trabalhadores, que muitas vezes se perdem em discussões estéreis, que fomentam a divisão, aprendessem com os sacrifícios alentejanos, a avançar decisivamente na unidade para a sua libertação.

Como seria bom que todos os trabalhadores conhecessem a luta dos trabalhadores alentejanos pela Reforma Agrária que é, afinal, a luta de todos os trabalhadores portugueses.

Fica-nos a satisfação de ter vivido dois dias no seio dum Povo heróico que pretende, a todo o custo, a sua libertação e de que este testemunho sirva de incentivo para que outros trabalhadores ali se desloquem e vejam com os seus próprios olhos esta realidade que, tantas vezes, lhes tem chegado deturpada.

PESCADORES DA PÓVOA DO VARZIM:

«... SOMOS DAS CLASSES MAIS DESPREZADAS ...»

A Póvoa do Varzim, situada a 30 Km do Porto, é uma das terras que, pela sua situação geográfica, junto ao Atlântico, possui uma população de trabalhadores do mar que atinge os 1500 pescadores no activo.

O tipo de trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do mar, na Póvoa, é aquilo que se designa por pesca artesanal.

As se pesca todo o tipo de peixe, excepto o bacalhau que, da zona habitualmente batida pelos barcos povereis, não existe.

Nos meses de Verão os pescadores são obrigados a demandar outros tipos de pescas, em diversos locais: é a pesca do bacalhau o embarque nas traineiras de Matosinhos, etc.

A situação dos pescadores no regime fascista, no tempo do tristemente célebre e justamente odiado Tenreiro, era das de maior exploração e miséria.

A este respeito, disse-nos o camarada Vilaça, dirigente do Sindicato dos Pescadores da Póvoa do Varzim: «Somos, ainda, das classes mais desprezadas!»

Antes do 25 de Abril, não existia qualquer Contrato Colectivo de Trabalho, as reformas, quando existiam, chegavam a cifrar-se em 500 escudos mensais.

Portu não tinhamos Sindicato, não havia qualquer tipo de protecção contra os despedimentos, ficando isso ao critério do mestre-patrão.»

A VIDA DO MAR É DURA

A vida do mar, é dura, todos o sabemos. Pois os camaradas pescadores chegavam a ter de trabalhar 12 e 15 horas consecutivas, visto não terem horário de trabalho. Acontecia, normalmente, terem de trabalhar aos domingos, feriados e, até, na noite de Natal.

Para agravar mais, ainda, a situação, não tinham salário fixo, pois este dependia do peixe pescado e, consequentemente, dos caprichos do tempo, da sorte e do mestre-patrão.

O salário destes homens provinha, pois, dos resultados da venda do peixe, depois de deduzidas as despesas com a embarcação: 50% para as camaradas (assim se tratam os pescadores) e os restantes 50%, para o mestre-patrão, que tinha, ainda, direito a uma parte igual à dos camaradas.

«As arbitrariedades cometidas contra os pescadores eram imensas — continua o amigo de Vilaça — tanto assim, que os homens eram obrigados a «fornecer» as suas mulheres para o trabalho em terra, sem qualquer remuneração, sob pena de despedimento, ou quaisquer outras sanções infligidas pelos mestres.

Destas situações, resultaram contenciosos vários entre os camaradas e os mestres-patrões. Estes conflitos eram resolvidos, por principio, pelo capitão do Porto que, cumulativamente, era, também, o Presidente da Casa dos Pescadores.

Não é difícil advinhar que o capitão do Porto tomava, sempre, o partido dos patrões.»

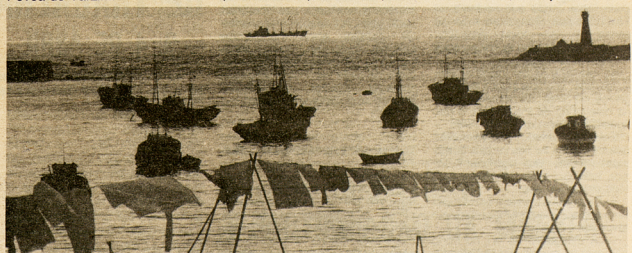
Entem, como hoje, o baixo preço de venda do peixe,

«Houve, no entanto, resistência por parte dos mestres ao cumprimento desta Portaria — refere o amigo Vilaça. Verificaram-se agressões físicas a camaradas, os patrões recusaram-se a ir ao mar e muitas conquistas dos trabalhadores, regulamentadas na referida Portaria, continuam sem ser cumpridas, tais como, a proibição das mulheres trabalharem em terra, sem salário, o arranjo das redes sem remuneração e outras.»

Neste momento, são várias as frentes de luta que o Sindicato e os pescadores (e não só da Póvoa) estão a desenvolver.

Uma das principais aspirações dos pescadores, em conjunto com o seu órgão representativo de classe, é a conquista de um Contrato Colectivo de Trabalho, que garanta, entre outros, os seguintes direitos para os trabalhadores do mar:

- proibição o de despedimentos, sem justa causa;
- garantia de subsídios;
- 13.º mês;
- protecção de invalidez e de velhice;
- atribuição de 50\$00 diários (até 10 contos), ou 70\$00 (de 10



«A principal reivindicação dos pescadores relaciona-se com os salários: pretendem condições iguais às dos camaradas pescadores de Viana do Castelo que, já há muito tempo, se encontram em vigor, embora estes não tenham ainda alcançado tudo o que reivindicavam.

REDE DE FRIO GERIDA PELOS TRABALHADORES»

Quanto a perspectivar a comercialização do pescado, disse-nos o Vilaça: «É preciso reestruturar a comercialização do peixe, criando uma rede de meios de frio, gerida pelos trabalhadores, ou pelos seus legítimos representantes, de modo a poderem ser estes a estabelecer os preços de venda, evitando, deste modo, a ganância de lucro dos intermediários e dos donos das fábricas de conservas de peixe.»

Outro dos aspectos importantes desta fase de luta, é o facto de se dever fazer, urgentemente, a fusão dos Sindicatos dos Pescadores da Póvoa com o de Vila do Conde.

Esta vila situa-se a 3 km da Póvoa. Por incrível que pareça, há um Sindicato dos Pescadores de Vila do Conde que funciona, sem qualquer ligação orgânica, relativamente ao Sindicato da Póvoa.

«Assim, a nossa força está dividida. Temos encetado contactos tendo em vista a união dos Sindicatos. No entanto, não temos obtido grandes êxitos, pois há, ainda, um certo bairrismo que, neste caso, nos é muito prejudicial.»

Neste momento a reforma está garantida... Aos 65 anos e algumas delas de 500 escudos mensais!

«Nós entendemos que, pelas nossas condições de vida, deveríamos ter direito à reforma aos 55 anos.

E a uma reforma que não fosse tão miserável; que fosse calculada, por exemplo, na base do salário mínimo.

A célebre máxima do tempo do fascismo, «Ler, Escrever e Contar» não se pode aplicar à grande maioria dos pescadores portugueses.

«De facto, o Sindicato tem desenvolvido grandes esforços no sentido de alfabetizar os pescadores. Mas, o nosso modo de vida não nos deixa muito tempo disponível e ainda menos disposição, para aprender a ler e a escrever.

Neste caso, como em tantos outros, a política

«educacional» do regime de Salazar e Castano, foi levada às últimas consequências, não proporcionando, sequer, a possibilidade de ler e escrever ao homem. Apesar das dificuldades, o Sindicato está a tentar remediar, na medida do possível, este problema.»

HÁ MUITO TRABALHO

Das actividades culturais, que dizer?

«Cartas, «café», futebol, cinema de cobos e pornografia são, em muitos casos e, por força das circunstâncias, o passatempo preferido dos trabalhadores do mar.

«O Sindicato, em intima colaboração com as Comissões de Moradores do Bairro Sul (zona de grande concentração de famílias de pescadores) está a tentar arranjar recintos desportivos para as crianças e jovens, mas estruturas não existem e o Sindicato não tem possibilidades financeiras para arranjar com a construção de ginásios, pavilhões, etc. Isso tinha que partir do Estado.»

NO PORTO

OS TRABALHADORES AVANÇAM NA LUTA

Qual o panorama da luta de classes nos últimos dias no Porto?

Esta pergunta poderá surgir em Lisboa, Aveiro, Faro, e ... no próprio distrito.

É portanto oportuno fazer um pequeno balanço do que têm sido as lutas dos trabalhadores. Será que a investida da direita, que para os trabalhadores assume a forma inédita de repressão nas empresas (despedimentos, ameaças, castigos, etc.) leva de vencida todos os que acreditam na liberdade, no fim da exploração, em suma, no socialismo?

Não! — respondemos. Porquê? Porque a classe trabalhadora dá provas de estar firmemente decidida a impedir o regresso ao «24 de Abril», ao tempo em que o patrão chamava a GNR e a Pide.

LUTAR CONTRA A REPRESSÃO E O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO

«O Sr. Miguel está muito entusiasmado com a luta que se trava na Têxtil Manuel Gonçalves, não se cansa de falar dela. Ameaçou mesmo que também a pôr as suas «tropas» a funcionar...»

No dia 3/3/76 os trabalhadores suspensos, acompanhados dos dirigentes do Sindicato permaneceram na delegação do Porto, todo o dia, aguardando resposta do sr. Pires...»

Estes doi excertos são exemplos que se podem ler nos jornais, quase todos os dias. Que significam? Assim, isolados, nada. Integrados num todo significam que:

— Os patrões insistem em recuperar o que o 25 de Abril lhes retirou em favor dos trabalhadores.

— A delegação do MT no Porto não está ao serviço dos trabalhadores tendo avançado já no caminho da repressão, e ainda que os trabalhadores **resgem, lutam e não aceitam passivamente as tentativas de recuperação capitalista.**

No capítulo da resistência à ofensiva patronal, novas e esperanças páginas se escreveram.

É ofensiva é o termo apropriado, talvez até fraco: nas últimas semanas os patrões de cerca de 12 empresas abriram conflitos com os respectivos trabalhadores.

Sem excepção alguma pertence aos proprietários e patrões a responsabilidade directa dos litígios. Vejamos:

TAIVOPAN (MADEIRAS):

O patrão pretende liquidar a Comissão de Trabalhadores, incomoda-o. Após várias pressões, atinge a prova de força.

«Quem está por mim e quem está com a Comissão de Trabalhadores?»

À excepção de dois, todos os trabalhadores estavam com a Comissão de Trabalhadores.

Em resposta o patrão ordenou o encerramento da empresa. «Lock-out», sem mais nem menos, em Março/76. Vitória dos trabalhadores, reabrindo a empresa com o apoio dos pequenos acionistas.

SANTOS E COSTA NEVES (CALÇADO):

Depois do despedimento de um dirigente sindical, os patrões abandonaram a fábrica, levando toda a existência em matéria-prima e produto fabricado, saboiações, roubo, etc... Tomem lá disto! Os trabalhadores estão dispostos a manter a fábrica em laboração.

VOLVO E CAMO (METALURGIA):

Prometida há muito pela administração a Portaria do sector nunca mais chegava à Volvo e à Camo... Os trabalhadores pediram resposta definitiva e a administração não cumpriu. Após luta dos trabalhadores a Portaria é cumprida e mais uma vitória dos explorados contra os exploradores.

MONDEX (CONFECÇÕES):

Uma trabalhadora desempenhando funções de chefe de linha não merece a confiança das operárias, pelas suas actividades prepotentes. Os patrões apoiaram-na. Como também «apoiaram» o não pagamento do 13.º mês, a criação de um clima de cada vez maior opressão, ameaças, insultos, provocações. Mais de duas semanas de greve, que continua.

TOPIM (EQUIPAMENTOS TÊXTEIS):

Carteira de encomendas de perto de 5 mil contos. Falta de matéria-prima. Os trabalhadores não recebem salários há cerca de seis semanas e sem falar no 13.º mês/75 e de cerca 1 000 escudos retroactivos. Conclusão: má administração. Os trabalhadores da Topim pediram em Janeiro intervenção estatal.

Porém de estatal só o «NAO!» Os trabalhadores estão paralisados.

MAIS DO QUE RESISTIR, ORGANIZAR

Não basta que os trabalhadores resistam ao patronato quando este ataca. É preciso criar as condições para resistir com êxito.

Os trabalhadores devem a sua força à sua organização. Dispersos ou divididos, são presa fácil do capitalista, dos fascistas. Organizados e unidos são invencíveis.

É por isso que os trabalhadores das empresas em autogestão e cooperativas se reúnem e elaboram o anteprojecto de decreto-lei que proteja estas situações — algumas delas aflitivas exactamente por falta de adequada protecção legal.

Só no Porto são 155 empresas, perto de 20 000 trabalhadores... Se contarmos 3 familiares para cada trabalhador temos que está em jogo o futuro de 60 000 portugueses.

É também para coordenar a acção das Comissões de Trabalhadores que estas — em plenário, constituíram o respectivo secretariado.

Após diversas realizações nomeadamente as reuniões de Junho/75 promovidas então pela organização



sindical e que tiveram a adesão maciça das comissões de trabalhadores, não havia no distrito qualquer forma organizativa apta a conjugar os esforços das comissões de trabal-

hadores. Está resolvida essa lacuna... e a luta continua.

Depois de estarem paralisados alguns dias, em luta pela defesa de regalias alcançadas em Maio de

1975 e que, agora, o patrão tentava retirar, os trabalhadores da fábrica Papéis Pintados da Foz, voltaram ao trabalho, depois de terem atingido o fim que pretendiam.

ENCONTRO DISTRITAL DE ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES EM SETÚBAL — 3, 4 DE ABRIL

As Organizações de Trabalhadores do Distrito de Setúbal vão ter o seu Encontro Distrital nos próximos dias 3 e 4 de Abril.

O Executivo do Secretariado Provisório do Encontro, considerando que «a divisão entre os trabalhadores, ou mesmo a divisão entre órgãos de trabalhadores foi sempre o objectivo que o fascismo procurou», faz um apelo a todas Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais e Delegados Sindicais para tomarem parte activa neste Encontro, de onde sairão formas de acção comum organizada, permitam aos trabalhadores «opôr-se com eficiência à exploração capitalista».

«As únicas armas que as massas trabalhadoras e populares têm — afirma o Secretariado — é a organização e a persistência tenaz, para encontrar as formas de luta correcta contra o capitalismo».

O ENCONTRO ESTÁ EM MARCHA

Segundo declarações do Executivo do *Avancan*, foram já iniciados contactos com organizações de trabalhadores que vão fazer, junto das empresas, todo um trabalho para o Encontro.

A Setenave, em Setúbal, a Ormis e Alumínio Português, em Alcochete e o Sindicato das Carnes, no Montijo. Na Moita tanta a Gefa como Socorquex (esta, nas empresas do sector corticeiro) farão plênários no mesmo sentido. No Seixal, a Siderurgia e a Dinamizadora do

Comissões de Trabalhadores a nível concelho, que subsistam depois como estruturas organizadas e actuaes dos trabalhadores na defesa das conquistas alcançadas, tais como o controlo operário, as nacionalizações, a reforma agrária e a gestão da Previdência pelos trabalhadores.

A luta que se antevê é dura, mas será vitoriosa. Ela visa uma meta a que todos aspiram: uma sociedade mais igualitária, mais justa, em que os nossos filhos tenham direito à saúde, ao ensino, à cultura, temos, em suma, que atingir a meta da sociedade socialista.

UNIDOS LUTEMOS CONTRA O FASCISMO!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

CAMARADA:

«A realização do nosso Encontro é uma necessidade concreta da realidade que vivemos, mas uma coisa é certa, só será uma grande jornada de luta, se tu, na tua Comissão de Trabalhadores ou na tua Comissão de Delegados Sindicais, contribuíres para a participação efectiva de todos os camaradas, enriquecendo assim o debate dos temas que serão o caminho correcto para a solução dos nossos problemas, e nos conduzirão a uma sociedade mais justa, onde não seja possível a exploração do homem pelo homem».

SECRETARIADO PROVISÓRIO DO ENCONTRO DE ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES.

Contacta-nos na Sede dos Sindicatos do Barreiro — Rua Miguel Pais, — 35-A Tel. 2073109 — Barreiro



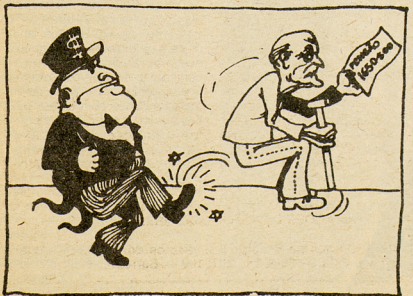
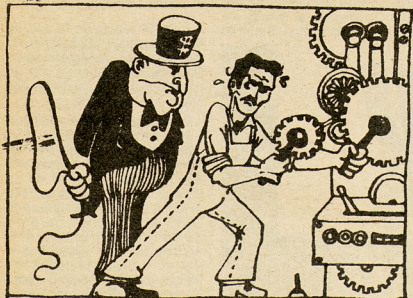
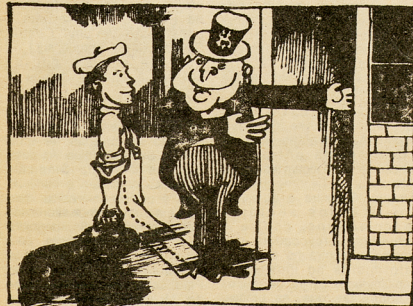
REFORMADOS: UMA LUTA QUE É DE TODOS NÓS

Meio milhão da população portuguesa é constituída por reformados, pensionistas e aposentados.

«Está velho, já deu o que tinha a dar»...
Em Portugal, como em qualquer país capitalista, a velhice é sinónimo de doença. Após 40 e 50 anos de vida activa, surge a tal «doença»: a velhice. Velhice que todos temem.

Mas, porque razão havemos de temer esta fase da nossa vida? No mundo capitalista a «máquina» humana, quando jovem, é aproveitada com vista à obtenção do máximo rendimento. Uma vez utilizado, o indivíduo passa a ser... «velho», é posto de parte.

Talvez por isso, o capitalismo engendrou medo da velhice. Na rádio, na televisão, nos jornais, através da publicidade, ensinam-nos a ter medo da velhice: creme para as rugas, loção para os cabelos brancos, tec.



Por tudo quanto ficou dito, desde há um ano a esta parte que estes nossos camaradas se têm organizado e lutado pelos seus justíssimos direitos.

Para nos darem a conhecer, um pouco, o que tem sido a sua luta, contactámos a Comissão Provisória de Reformados da Margem Sul do Tejo que, conjuntamente com a Associação Sindical União de Reformados da Previdência, tem desenvolvido um importante trabalho.

Inicialmente, um dos elementos com quem falámos declarou-nos: «*Todo o trabalho que temos vindo a desenvolver compete, naturalmente, ao Estado. Mas, na verdade, não nos tem ligado nenhuma. Vão-o-nos entregando e pedem-nos paciência. Isto não nos espanta, pois já sabemos que o Povo só terá tudo quanto necessita, quando existir um Governo do Povo e para o Povo.*»

Reforçando a declaração deste nosso amigo, outro camarada presente adiantou: «*Já fomos por diversas vezes ao Ministério dos Assuntos Sociais onde só nos sabem dizer que não há dinheiro. A desculpa é velha. Já no tempo do rei D. Carlos diziam o mesmo. Mas uma coisa é certa: para outras coisas o dinheiro vai aparecendo.*»

Entretanto os reformados elaboraram um caderno reivindicativo que, após ter sido discutido e alterado em numerosas Assembleias realizadas à escala nacional, foi entregue ao Ministério dos Assuntos Sociais.

Sobre esta questão, um dos camaradas salientou: «*Na altura em que apresentámos o Caderno Reivindicativo disseram-nos que estava tudo muito bem, que tínhamos toda a razão, e que até não pedíamos demais. Entretanto, já passaram pelo Ministério dois ministros e tudo continua na mesma.*»

ALGUMAS REIVINDICAÇÕES

Dada a extensão do Caderno Reivindicativo não nos é possível transcrevê-lo na íntegra. Passamos, no entanto, a dar conhecimento de algumas das reivindicações mais imperiosas.

Assim reivindicamos que o mínimo de pensão nunca seja inferior ao salário mínimo nacional. Relativamente ao problema da habitação afirma-se que «a União pugnará por instalações para todos os reformados necessitados de tal, em habitação social. Os reformados devem ter prioridade na aquisição das ditas habitações». Salienta-se, por outro lado, que «enquanto o problema da habitação social não estiver solucionado, os reformados devem beneficiar de um suplemento equivalente a 1/3 da renda de casa».

As pensões de sobrevivência, por seu turno, deverão corresponder à pensão de reforma que o falecido recebia ao momento da morte, merecendo o mesmo tratamento de taxas progressivas de acordo com as introduzidas nos Contratos



Collectivos de Trabalho, dentro da categoria profissional em que se encontrava integrado o cônjuge falecido.

Reclama-se ainda a criação de um Estado Unico para todos os Reformados bem como o estabelecimento de uma pensão nacional mínima.

Por ser considerada discriminatória, reivindicamos a abolição da distinção entre reformados e trabalhadores rurais aposentados que deverão gozar dos mesmos direitos que os primeiros.

Após lembrar-se que «a União luta e lutará para que a Caixa Nacional de Pensões e demais organismos da Previdência sejam fiscalizados por trabalhadores activos e passivos», são reivindicadas uma série de outras regalias, nomeadamente a utilização de colónias de férias, descontos na utilização de transportes públicos, etc.

«*Enquanto aguardamos que sejam resolvidos os nossos problemas — prosseguiu um dos camaradas entrevistado — temos pensado em formas concretas de*

luta a adoptar. Estamos, neste momento, a proceder a uma consulta, a nível nacional, dos nossos camaradas e desde já podemos adiantar que, no caso das nossas reivindicações não serem satisfeitas, não votaremos nas próximas eleições ou, quanto muito, aconselharemos que se vote nos partidos que defendem, efectivamente, os interesses dos trabalhadores. Não devemos esquecer que a nossa luta se insere na luta geral de todos os trabalhadores. Todos nós estamos empenhados na luta que nos conduzirá ao socialismo para que os nossos filhos não tenham que passar o que nós passámos.»

Têm razão estes amigos. Os nossos filhos não deverão ser desrespeitados como nós fomos e isso está nas nossas mãos.

Quanto à tal «doença», a velhice, só existirá enquanto fomos explorados.

Ser velho é tão natural como ser novo. Ser velho é tão natural como nascer ou morrer.

Nascer, Viver, Descansar e Morrer, quatro fases da vida de todos nós.

HÁ QUE INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA VIDA SINDICAL

«Encontramo-nos hoje aqui para comemorar o Dia Mundial da Mulher e a nossa presença significa a importância e apreço que à Central Única dos Trabalhadores Portugueses merecem as mulheres trabalhadoras, significa a nossa confiança em que as mulheres trabalhadoras do nosso país estão decididas a continuar a lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem».

Afirmou Beatriz Santana, membro do Secretariado da Intersindical Nacional, nas comemorações do Dia Mundial da Mulher na Marinha Grande.

Depois de referir as conquistas que as mulheres portuguesas alcançaram após o 25 de Abril, disse: «*Foram lutas e conquistas em que, arrancadas do estreito círculo familiar e da cozinha, milhares de mulheres viram, despertar-se-lhes, através da sua intervenção directa, a consciência de duplamente exploradas para a luta de classes.*» A propósito da recuperação capitalista que neste momento ameaça as vitórias dos trabalhadores portugueses, salientou: «*Foram as lutas e conquistas tão importantes, que, volvidos 22 meses do processo revolucionário, vimos ameaçadas pelas forças do capital a tal ponto que se não houvesse da parte dos*

trabalhadores respostas firmes para as consolidar corremos o risco de as perdermos.»

«Durante muitos anos — prosseguiu — nós, mulheres, fomos em resultado dos preconceitos sociais, criados pela ideologia fascista, sempre afastadas dos centros de decisão, nos sectores técnico, económico, social e político. A mulher era apenas destinada ao seu trabalho que servia para acumular ao salário do marido, porque o deste era insuficiente para aguentar as despesas do agregado familiar.»

Após fazer o incitamento à participação das mulheres na vida sindical, finalizou: «*Como já disse, as mulheres são 52% da população em Portugal. Quer isto dizer que a consolidação da nossa democracia está muito dependente da consciência das mulheres portuguesas.*»

Daqui lança um apelo aos trabalhadores presentes, para que se consciencializem a si próprios e as suas companheiras de que é fundamental a luta, lado a lado, para a consolidação das conquistas alcançadas e para o avanço para uma sociedade mais justa que crie efectivas condições materiais à verdadeira emancipação do Povo Português.

internacional solidariedade internacional solidariedade

O PERÚ ESTÁ PROFUNDAMENTE EMPENHADO EM REFORMAS POLÍTICO-SOCIAIS ECONÓMICAS

Existe no Peru, país da América Latina, desde 1968, altura em que as Forças Armadas Revolucionárias tomaram o Poder, um governo progressista e profundamente empenhado em reformas político-sociais económicas.

Oito anos passados sobre a Revolução, podemos dizer que o saldo é positivo. As conquistas proletárias alcançadas demonstram, efectivamente, o carácter anti-imperialista e antimonopolista da Revolução Peruana.

Neste momento, vários sectores da vida económica estão já nacionalizados. Contam-se neste caso a Banca, os petróleos, as minas, as indústrias base (siderurgia, metalúrgica, petroquímica, cimentos, papel), a electricidade, as pescas e a própria imprensa.

Para a efectivação destas nacionalizações o Governo Peruano organizou diversas empresas públicas. Assim, por exemplo, foi criada a PETROPERU para controlar a indústria petrolífera em todas as suas fases. Para controlo da política mineira criou-se a MINEROPERU. A ELECTROPERU é a empresa pública que controla as actividades de produção, transformação e distribuição da Energia Eléctrica. A actividade pesqueira passou a ser integrada numa única empresa, a PESCAPERU. Os transportes e comunicações foram outros dos sectores, que o Governo Peruano colocou ao serviço do Povo. Criaram-se, para tanto, empresas estatais que substituíram as empresas estrangeiras que dominavam economicamente o sector. As empresas então criadas foram: a ENAFERPERU (exploração dos caminhos-de-ferro), ENTELPERU (Empresa Nacional das Telecomunicações), a AEROPERU (cujas rotas cobrem todo o território nacional e iniciou, já, também, rotas em países estrangeiros).

Naturalmente que a maior parte destas nacionalizações levaram à expropriação, por parte do Estado, de várias empresas norte-americanas. O caso mais saliente foi a expropriação da mina de Cerro de Pasco, empresa norte-americana, que explorava o País desde 1902.

A Reforma Agrária, em todo o território nacional, "sem privilégios nem excepções", é também uma realidade destes 8 anos de Revolução.

Mas a Revolução Peruana não ficou só por aqui. O trabalho e a segurança social dos trabalhadores também foram objecto de preocupações. Tanto assim é que o próprio Plano das Forças Armadas (Plano Inca), elaborado em 68, tinha um capítulo dedicado a esse tema, propondo-se, os militares, "reestruturar a legislação laboral, com critérios de simplicidade e justiça, reorganizar, descentralizar e moralizar

(sanear) a estrutura administrativa; garantir a estabilidade no trabalho e estabelecer uma adequada política salarial; regular o exercício do direito de greve, de modo a não afectar os interesses dos trabalhadores, nem do país; estender progressivamente a segurança social a toda a população, assegurando-a, inicialmente, ao trabalhador e seus familiares; reorganizar, unificar e moralizar as instituições de segurança social."

A população peruana foi, também, desde o início, chamada a participar na vida pública. Com efeito, no capítulo 25.º do Plano Inca, pode ler-se: "promover a livre associação das pessoas, para o alcance dos seus objectivos comuns; preparar a população para que participe, eficazmente, em todas as actividades das suas

associações; orientar a marcha das associações, evitando a sua manipulação por grupos estranhos a elas; criar os organismos necessários para facilitar a participação do povo".

Até agora, o movimento sindical peruano ainda não está unificado, isto é, existe mais do que uma Central Sindical. Evidentemente que não podemos desligar este pluralismo sindical da herança recebida e das manobras imperialistas que visam dividir o movimento operário. Os imperialistas sabem bem que a existência de uma Unica Central Sindical representa, em si, a unidade de todos os trabalhadores contra o capital.

Contudo, e apesar do pluralismo sindical existente, a CGTP — Central Geral dos Trabalhadores Peruanos — é, sem dúvida, a Central Sindical que tem uma maior implantação entre os trabalhadores. Esta Central foi criada a 17 de Maio de 1929, por acção de José Carlos de Mariátegui. As origens da CGTP remontam às primeiras lutas da classe operária. A sua história foi escrita pelos primeiros combatentes, pelos homens que derramaram o seu sangue, quando das gloriosas jornadas de luta pelas 8 horas de trabalho

diário. A esta Central ficarão para sempre ligados nomes como: Fonken, Gutarra, Barba, Apaza Mamani, Emiliano Huamatica, Pablo Inza, Mariátegui, etc. Também Isidoro Gamarra, actual presidente da CGTP, tem a sua vida totalmente ligada à luta mais geral do povo trabalhador. Lutando, lado a lado, com Mariátegui, lutou na clandestinidade contra as ditaduras reacconárias de Sanchez Cerro e Benavides, esteve preso, foi torturado, mas continuou lutando por uma sociedade mais justa. Os militantes desta Central são homens forjados na luta quotidiana dos oprimidos contra os opressores.

"A implantação da CGTP não foi fácil — disse Gustavo Espinosa, secretário-geral da CGTP, numa entrevista concedida, já há algum tempo, ao "Avancada". — Tivemos que lutar duramente contra a agressão política dos sectores reacconários, contra a actividade provocadora das empresas, contra as correntes reformistas no movimento trabalhador e contra os grupos esquerdistas que, na prática, fazem o jogo da reacção, porque dizem o mesmo e actuam da mesma maneira que os grupos

reacconários. Actualmente, marchamos para uma política de unidade e acção, com as outras forças sindicais que apoiam o processo revolucionário peruano e que coincidem, connosco, nesses objectivos. Com esse propósito, criou-se o Comité Patriótico Revolucionário, que é um Movimento de Frente Única, democrático e anti-imperialista. Sabemos, sem dúvida, que isto não é suficiente e que se torna, pois, indispensável, consolidar a unidade da classe trabalhadora e do Povo, e marchar para a construção de uma Central Sindical Única, porque será na unidade sindical que se conseguirá o melhor garante da vitória."

Neste momento, no entanto, estão a ser feitos esforços no sentido da criação de uma Central Sindical Única. As duas maiores Centrais Sindicais Peruanas preparam o caminho para a unificação sindical. Isto será mais uma grande vitória dos trabalhadores, pois, permitirá lutar, mais eficazmente, pela defesa dos interesses proletários e contra o imperialismo que no Peru, como em todas as partes do Mundo, tenta dividir o movimento sindical.

A CGTP realiza de 17 a 21 de Março o seu IV Congresso. O Secretariado da Intersindical Nacional enviou por esta ocasião um telegrama de saudação aos camaradas peruanos:

"Camaradas Isidoro Gamarra e Espinosa — Queridos camaradas. A Intersindical de Portugal saúda fraternalmente a direcção da CGTP, todos os congressistas e a classe operária peruana. O Quarto Congresso da CGTP, é um magno acontecimento para o proletariado da vossa Pátria, donde sairão decisões de transcendente importância, para a vida dos trabalhadores e para a Revolução Peruana. Por ocasião do Congresso saudamos o combate da CGTP nos anos difíceis da ditadura, saudamos a memória dos valerosos combatentes contra o fascismo e imperialismo, pelos ideais do fim da exploração do homem pelo homem, verdadeiros continuadores da obra de Mariátegui. Estamos certos que o Congresso, a exemplo do passado, será um marco histórico que permitirá o reforço da vossa Central, a unidade da classe trabalhadora peruana, continuando a CGTP a erguer, bem alto, a bandeira da luta pela unidade sindical e no combate proletário. Viva o IV Congresso! Viva a CGTP!"



O LIVRO DA SEMANA

TRABALHO COLECTIVO E TRABALHO PRODUTIVO NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA, 1.º volume, de Jacques Nagels – Biblioteca de Economia – Prelo Editora.

Jacques Nagels, economista belga, apesar das dificuldades que teve de vencer para realizar um trabalho de sermão envergadura, devido à escassez de instrumentos de trabalho, pois as bibliotecas locais são pobres em obras relativas ao pensamento económico, não desistiu, consciente do interesse que nos últimos anos tem suscitado o problema do trabalho colectivo e produtivo e consequentemente as suas implicações sociais e teóricas, dado que «a concepção actualizada do trabalho produtivo enraíza-se no que nós chamamos as entranhas das forças produtivas.»

O autor, que se diz «particularmente feliz» pelo seu livro ter sido traduzido para o português, por tudo o que simboliza a trajectória histórica do nosso povo, acrescenta ainda: «Um povo nunca está, portanto, subjogado. Nem vencido. Um povo não pode, pois, viver detido: é o que vocês têm ensinado ao mundo e do que todo o humanista vos está infinitamente reconhecido.»

PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO CIENTÍFICO, de V. Afanassiev, M. Makarova e L. Minaiev – Prelo Editora.

O capitalismo, que impede que seja utilizado todo o vasto potencial de que hoje dispõe a humanidade, as suas enormes capacidades produtivas e as notáveis conquistas da ciência e da técnica, terá de ser aniquilado para que a humanidade seja finalmente liberta das guerras, da miséria e do racismo. Mas porque a construção do socialismo exige que se destrua a antiga sociedade, a teoria do socialismo científico começa pela eliminação revolucionária do capitalismo, para o que é indispensável que os trabalhadores dos diversos países se ajudem mutuamente.

«Nesta obra, concebida por um grupo de especialistas soviéticos, expõe os princípios da teoria do socialismo científico numa concepção coerente da sociedade cujo objectivo se cristaliza em torno do homem, dos seus interesses, das suas capacidades e das suas necessidades. Nela se encontra um reflexo simples e convincente acerca das vias da revolução mundial...»

cultura popular • cultura popular

PEDIDO DE LUZ E ÁGUA

— um texto de Modesto Navarro

O funcionário público que os atendeu, quando entraram na repartição, veio dizer com um sorriso trocista (hábito antigo):

— Estão ali uns emigrantes que querem falar com a Comissão!... Foram recebidos numa sala onde talvez nunca tenham entrado. Eram quatro homens e uma mulher, que vinham por problemas acerca de um bairro a nascer à saída de Carvalho de Egas, uma aldeia do concelho.

«Havia já lá cinco ou seis casas» de emigrantes e não tinham água nem luz.

— Faz três anos que andamos aqui atrás do presidente da Câmara para conseguir estas coisas — diz um. — E nada!

«Abre-se» o jogo sobre as despesas, a ver qual leva a melhor, se os emigrantes..., se a comissão administrativa.

— A Câmara tem dinheiro! Ela paga que é o seu dever! — diz outro emigrante.

A Comissão sorri. Conta qual foi a situação encontrada. O caos por todo o lado.

— Vai fazer-se um orçamento e depois, vocês participam nas despesas.

É o cabo dos trabalhos.

— O quê? Então nós temos de pagar por aquilo que é justo de graça?

— Justo é, mas que remédio! É se se querem para já a ajuda da Câmara!...

— Temos de chegar a um acordo — diz finalmente um dos emigrantes. — Não vou deixar a minha mulher e quatro filhos sem luz à noite. E a minha mãe já lá partiu uma perna!

— Resolveu-se este problema e outros, alguns também de emigrantes da vila que tinham a construção de casas embargada pela Câmara desde há anos. Quem vai pagar o muito dinheiro que agora eles vão gastar a mais?

... Até resolver participar nas despesas de abertura de uma rua onde ficarão as suas casas! O ambiente na vila é outro. Começa

finalmente um governo do Concelho dirigido para os interesses das populações.

Hoje é as estradas, as casas e a electricidade e água. Amanhã será o saneamento e o parque infantil. Depois será o que as populações quiserem e puderem conquistar, unidas.

(Do livro «Perspectivas de Libertação no Nordeste Transmontano» — Prelo Editora)



UM DESCALABRO A QUE É PRECISO PÔR COBRO NA TV

Quando se fala em TV, parece-nos que há logo a fazer duas distinções que apesar de tudo se justificam: a programação em geral e o famigerado bloco que inclui os serviços informativos e os chamados programas político-sociais. E se a programação em geral continua a impingir-nos coisas que não lembra ao diabo ir desenterrar (haja em vista e para não irmos mais longe as inevitáveis repetições das «canções de Lisboa» e dos «Costa do Castelo» a pedido de inúmeras famílias) temos que reconhecer que no meio da confusão geral a rubrica Antologia apresenta filmes como «Memórias do Subdesenvolvimento», que entre as séries há por exemplo *Os Triboullé* (e por muito quem que o filme esteja do livro de Martin du Gard é uma obra de qualidade que é aconselhável não perder) e que *Há só uma terra* (novamente semanal, segundo cremos, embora

apresentado a uma hora em que a audiência ainda não é muito grande), nos põe perante problemas tão importantes como a discriminação da mulher e o alcoolismo entre nós. É ainda pouco ou quase nada? É, de facto, mas, como nos recorda Mário Dionísio, é ainda cedo para exigirmos todas as alterações que ele nos prometeu e que desde o início apresentou como muito difíceis e dependentes de inúmeros problemas. Que adivinhemos, e de que maneira!

No que diz respeito aos programas político-sociais e à informação, aí é que a desculpa já não tem razão de ser e não é falta de qualidade que está em causa, mas os termos de provocação com que tudo nos é apresentado é a forma tendenciosa e abjecta como são interpretados os problemas de um país que diz respeito a todos nós e que por isso mesmo devem ser abordados com uma isenção e uma honestidade de que não

dão provas os responsáveis (ou responsável?) pelo departamento. E quando deixarmos nós de ter que suportar em doses maciças as provocações dos senhores Carneiro, Freitas do Amaral, e outros? (Estamos a pensar que começam a fazer falta umas biografiazinhas de determinados senhores, generosamente distribuídas, só para que o público fique a conhecer a real qualidade do que lhe estão a impingir).

Quanto aos infalíveis ministros e subsecretários que diariamente nos contam as coisas logo a seguir aos pseudotelejornais, o despudor chegou ao ponto de se aproveitarem esses momentos para a mais indecorosa propaganda partidária.

Dedicadamente, há que pôr cobro a tanta falta de vergonha e só resta um caminho aos responsáveis pelo departamento em questão: a rua.



Enquanto os órgãos de informação dão cobertura às campanhas demagógicas de alguns responsáveis, o futuro destas crianças indica-nos claramente o caminho a seguir: defender a revolução e efectuar profundas transformações nas estruturas político-sociais e económicas

Numa das salas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, à Rua da Junqueira, em Lisboa, teve lugar no passado sábado, 13 do corrente, o 1.º Encontro dos Jovens Metalúrgicos do Distrito de Lisboa.

Dois enormes dísticos ornamentavam a grande sala. PELO DIREITO AO TRABALHO, AO ENSINO E À CULTURA E UNIR A JUVENTUDE DERROTAR A REACÇÃO.

Após o Plenário de abertura, que se verificou cerca das 11 horas, a que se seguiu uma discussão generalizada sobre assuntos de grande importância para a juventude trabalhadora, os participantes dividiram-se em três grupos de trabalho, que funcionaram em três Secções:



- salários e discriminações
- 1.2 — Condições de trabalho, medicina, higiene e segurança
- 1.4 — Horas de estudo e Subsídios
- 1.5 — A Juventude e o serviço pré e militar
- 2.º Secção, **Organização da Juventude** compunha-se de dois capítulos:
 - 2.1 — Organização dos jovens na Empresa
 - 2.2 — Organização Sindical da Juventude
- Na 3.ª Secção faziam-se vários considerandos e exigia-se das respectivas autoridades uma série de medidas progressistas que possam dar aos jovens condições de trabalho, de estudo e de vida condizantes com a sua posição na sociedade portuguesa.

1.º ENCONTRO DOS JOVENS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

1.ª — A Juventude na Empresa

2.ª — Organização da Juventude

3.ª — Juventude e Tempos Livres

Reaberta a sessão, pelas 18.30 e antes da leitura e votação das resoluções, António Andrade, do Secretariado da Intersindical Nacional leu uma saudação em nome dessa central sindical única dos trabalhadores, da qual destacamos a seguinte passagem:

"Nunca será demais frisar, Camaradas, que a Juventude, quando unida e organizada, contribui decisivamente na luta que as classes trabalhadoras mantêm contra os exploradores. Os avanços da direita, após os acontecimentos do 25 de Novembro, obrigam-nos, mais do que nunca, a cerrar fileiras e a reforçar as nossas organizações unitárias: — Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, Sindicatos, União e Federações, e a própria Intersindical. Só assim poderemos responder com firmeza e eficácia às investidas dos capitalistas nacionais e internacionais que recorrem a todo o tipo de manobras sempre na mira de dividir os trabalhadores e, assim, enfraquecer o movimento sindical. No campo da unidade entre os trabalhadores podem os camaradas aqui presentes desempenhar um importante papel, dado que os jovens reúnem, naturalmente, condições favoráveis para as tarefas unitárias.

As acções da direita visam de imediato atacar as

principais conquistas revolucionárias do Povo Português, como, por exemplo, as nacionalizações, a Reforma Agrária e a consagração legal do princípio da Unidade Sindical.

Estamos certos que os trabalhadores saberão bater-se até às últimas consequências pela defesa intransigente dessas conquistas. Parte importante dessa luta cabe aos jovens trabalhadores que, disso também estamos certos, saberão corresponder sem hesitações, empenhando a sua tradicional generosidade e força revolucionária nessas importantes tarefas".

Seguiu-se no uso da palavra António Joaquim David Carvalho, em representação da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, que, entre outras coisas, disse:

"No programa de acção e luta sindical que apresentámos à classe, já apontávamos para a necessidade de todos os trabalhadores metalúrgicos encontrarem em conjunto as respostas urgentes aos amplos anseios de todos os camaradas".

É aos jovens que se rasgam os amplos horizontes do futuro. É neles que confiamos, para que se mantenha aceso o espírito combativo e revolucionário, que conduzirá as classes trabalhadoras a sucessivas vitórias e o nosso país ao Socialismo".

"Será o destacamento dos jovens metalúrgicos, conscientes do papel histórico da classe operária, herdeira das tradições de luta dos trabalhadores portugueses, que oferecerá esses quadros

generosos, dispostos a todos os sacrifícios em defesa dos explorados e dos oprimidos".

"Milhares de jovens começam a trabalhar em idades que são verdadeiros escândalos, sendo-lhes negado o direito à mais elementar educação e sentindo desde logo na pele o ferrete da exploração capitalista. O Sindicato apoiar-vos-á activamente em todas as iniciativas e lança-vos um apelo: para que participem com todas as organizações de trabalhadores na luta contra o avanço da direita, contra a recuperação capitalista e pelo controlo operário. Devem igualmente desenvolver e cultivar o amor à Pátria e à Revolução Socialista, cuja defesa intransigente só pode ser obra dos trabalhadores".

Foi a vez de José Ramalho, mecânico de automóveis, que falou em nome da Comissão Organizadora deste Encontro. Transcrevemos um pequeno trecho da sua intervenção:

"A realização deste primeiro Encontro de jovens metalúrgicos foi-nos ditada pela consciência de explorados e também porque pensamos que este encontro muito irá contribuir para a unidade da Juventude, para a sua organização, para poder fazer face a todos os problemas que nos afectam e que são ainda bastantes.

Muitos de nós somos ainda vítimas dos métodos refinados de exploração. E é essa consciência de explorados que nos leva a lutar com decisão. Nas empresas, as condições de vida e de trabalho de muitos jovens metalúrgicos são bastante difíceis. Os jovens

metalúrgicos são as grandes vítimas das estruturas da sociedade capitalista".

A seguir, puseram-se duas moções à discussão e à votação, sendo a primeira aprovada por aclamação e unanimidade e a segunda rejeitada por grande maioria.

Leram-se telegramas de saudação ao Encontro, enviados pelos Jovens Empregados de Comércio e pela Comissão Organizadora dos Jovens Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos.

O metalúrgico José Manuel Fernandes apresentou uma proposta/voto de agradecimento e de solidariedade à direcção do ICSPP pela cedência da sala e pelo acolhimento prestado a este 1.º Encontro dos Jovens Metalúrgicos. Foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Um dos membros da Associação dos Estudantes leu uma Saudação a este Encontro, em nome da Direcção da Associação dos Estudantes do ICSPP, que terminava, dizendo: "...que os estudantes estão também na luta pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores" e "dedicados inteiramente à causa da Revolução".

Dos projectos das Secções, que tinham sido previamente distribuídos pelos assistentes, as respectivas comissões de trabalho aceitaram os mesmos tendo feito ligeiras alterações. Postos à votação, foram aprovados, o 1.º e o 2.º por aclamação, com uma abstenção e o 3.º por unanimidade e aclamação.

Na 1.ª Secção, A Juventude na Empresa, incluíam-se vários capítulos, entre os quais:

- 1.1 — Reclasseificações,

Antes de ser encerrado este 1.º Encontro, foi explicado pelo jovem camarada que presidia ao Encontro, que o ante-projecto das três Secções tinha sido analisado e discutido em numerosas reuniões e assembleias de trabalhadores nas empresas. Também se tinham efectuado vários encontros preliminares, mobilizando nas empresas muitas centenas de jovens metalúrgicos.

A terminar as suas explicações, disse que este Encontro não terminaria aqui, visto que as decisões aprovadas neste Encontro seriam levadas às empresas, onde seriam apreciadas pelos jovens trabalhadores.

Houve, ainda, antes do encerramento, uma proposta para que as decisões tomadas fossem entregues pelos elementos da Comissão Organizadora Provisória deste 1.º Encontro, ao senhor Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Ministério do Trabalho. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O representante do Secretariado da Intersindical Nacional fez ainda um apelo para que os jovens conversassem com outros seus companheiros, nas empresas e nos outros locais de trabalho, para que fizessem o mesmo, ou melhor, se possível, que os metalúrgicos tinham feito agora com este 1.º Encontro.

Para encerrar este 1.º Encontro, houve uma sessão de Canto Livre, à qual deram a sua participação vários artistas progressistas, entre os quais Roberto, Carlos Pau, J. J. Letria e outros, que foram muito apreciados e aplaudidos.